

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A Classe Operária



ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 66 - VI FASE - Nº 45 - DE 22 DE JUNHO A 6 DE JULHO DE 1990

Cr\$ 30,00

A zebra está solta nos campos da Itália

A Copa 90 começou com muitas surpresas. A partir de agora os jogos são eliminatórios, o que exigirá mais poder ofensivo. Será que o Brasil chega lá?
(pág 21)

Candidatos comunistas estão em campanha

Em diversos Estados foram realizadas convenções que definiram as chapas majoritárias e proporcionais para concorrer às eleições de outubro. Leia nas páginas 3 a 6.

A quem serve a privatização

No instante em que a direita exige a entrega ainda mais rápida das estatais a *Classe* revela a história secreta da operação que, conduzida pelo governo de São Paulo, está prestes a desnacionalizar a VASP. Veja como o ministério da Aeronáutica sufocou a empresa paulista, enquanto oferecia mundos e fundos às companhias particulares. E saiba como o capital

estrangeiro manobra para adquirir o controle da estatal (págs.18 e 19). Conheça também o surpreendente, para a direita, resultado de uma pesquisa de opinião pública sobre privatizações, realizada pelo Instituto Gallup para a Bolsa de Valores de São Paulo e mantida sob sigilo absoluto durante mais de três meses. (pág.20)



VASP



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

E D I T O R I A L

O Fracasso dos Cem Dias

Nesta semana o país atinge a marca de cem dias de governo. Quando tomou posse na Presidência da República, três meses atrás, Fernando Collor tentou magnetizar a opinião pública nacional com uma expectativa favorável quanto à resolução dos problemas do país nesse período. Proclamou que se tratava de "vencer ou vencer" e que debelaria a crise econômica com um só golpe demolidor, como nas artes marciais se derruba o adversário.

O 'golpe demolidor' foi o seu plano econômico, batizado de 'Brasil Novo', um conjunto de medidas de natureza fiscal e monetária, incluído aí o confisco de ativos financeiros de pequenos poupadores e correntistas. Para garantir a imediata aplicação de seu plano, sabendo ser frágil sua base de sustentação política, recorreu a instrumental discricionário, anticonstitucional, exorbitando seus poderes, que pretende ilimitados. E, a fim de ganhar tempo e neutralizar opositores, orquestrou aparatosa campanha de promoção pessoal através dos meios de comunicação.

Mas, como o tempo não pára, nada como o tem-



po para desmacarar farsas e desfazer ilusões. O 'Brasil Novo', paradisíaco, prometido pela fantasiacolorida, transformou-se em cenário de uns dos maiores dramas do mundo contemporâneo. Rasgados os véus, ele exhibe inteira a sua face, retrado da angústia em que vivem milhões e milhões dos seus habitantes.

Por todos os ângulos de que se observe a situação do país, constata-se o fracasso da política antinacional e anti-

popular das classes dominantes. Não há como esconder que o Brasil está mergulhado na recessão e que o organismo econômico manifesta inquietantes sintomas de abulia. A atividade industrial reduz seus ritmos, as demissões se multiplicam (somente no período do Plano Collor quase um milhão de trabalhadores foram colocados na rua). A ameaça de uma desnacionalização ainda maior na economia é cada vez mais real, com a política de privatizações. E o 'golpe demolidor' sobre

a inflação mostrou ter sido dirigido a alvo errado. A desvalorização da moeda é constate, atingindo já neste mês os dois dígitos, o que faz pronunciar o descontrolwe dos preços.

Orientado pelo FMI, o governo bate numa tecla monocórdica e desafinada: não recuar da determinação de reduzir o déficit do tesouro, via demissão do funcionalismo e corte nos investimentos sociais; contrair a demanda, através do enxugamento da liquidez e, principalmente, do arrocho salarial.

natural que essa situação desperte a revolta dos trabalhadores. Estes, em greves sucessivas, demonstram sua contrariedade e disposição de resistir. Assustado com as dimensões que a luta dos assalariados está assumindo, o governo tentou a manobra do pacto social, ajudado por traidores da classe operária do tipo de Rogério Magri e Luiz Antônio Medeiros. Mas também essa manobra fracassou porque o pacto que o governo quer é de mão única. Pretende que os trabalhadores renunciem à luta, sem que ele renuncie às demissões e ao arrocho salarial.

Tal qual um técnico de futebol que culpa a torcida intrasigente e por estar insatisfeita com o desempenho do time, a ministra da Economia responsabilizou a CUT e os trabalhadores pela derrota de sua iniciativa. Mas nada pode esconder a evidência de que um acordo entre os trabalhadores e o governo Collor é impossível devido à essência mesma do plano que este insiste em executar. Por isso há que fazer oposição consequente ao governo Collor, reforçando na luta gravata a unidade e a combatividade das massas trabalhadoras.

Frente Popular em Brasília

Moacyr de Oliveira Filho*

O quadro no Distrito Federal já está definido prevendo-se uma polarização entre as forças progressistas, populares e de esquerda, alinhadas na Frente Popular Brasília e os setores conservadores e de direita, ligados ao governo Collor, que defendem a candidatura do ex-governador biônico e ex-ministro da Agricultura, Joaquim Roriz.

A formação da Frente Popular Brasília, que tem como candidatas a Governador, o senador Maurício Correa, do PT e ao Senado, o senador Pompeu de Souza, do PSDB, foi uma verdadeira obra de engenharia política que exigiu muita

habilidade, desprendimento e maturidade dos partidos envolvidos. Infelizmente, o PT preferiu adotar uma postura política estreita e sectária e se auto-excluiu da Frente, lançando uma candidatura própria e inexpressiva eleitoralmente ao governo do DF. Essa cegueira política certamente custará ao PT de Brasília que, dificilmente, conseguirá eleger um único parlamentar no DF.

Do lado da direita, duas candidaturas estão colocadas. Uma delas é a de Roriz, ex-governador biônico e ex-ministro de Collor, amparada em três coligações de diversos partidos pequenos, verdadei-

ras legendas de aluguel, que abriram a maior parte dos grandes empresários que insistem em dominar a cidade, como os do transporte coletivo e da especulação imobiliária. A outra é a do também ex-governador biônico Elmo Serejo, antigo serviçal da ditadura militar, coligado com o PNDB, que pretende voltar ao governo do Distrito Federal pelo PL.

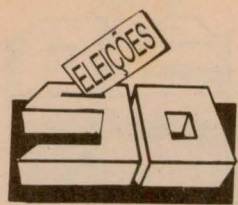
Com a divisão da direita e dos setores conservadores, a ameaça de impugnação da candidatura Roriz, devida à sua flagrante inelegibilidade, a unidade dos setores progressistas e de esquerda e o isolamento do PT, tudo faz crer que Mauri-

cio Correa e a coligação progressista tem todas as chances de conquistar o governo do DF, bem como a maioria das vagas na Câmara Federal e na Assembléia Distrital.

Os comunistas empenharam-se arduamente na construção dessa Frente e agora estão convencidos de que a vitória está próxima, impondo uma expressiva e importante derrota ao esquema de Collor e dos grandes empresários que insistem em dominar a cidade, como nos tempos do regime militar.

*Moacyr de Oliveira Filho - vice-presidente do PCdoB no DF e candidato a deputado federal

CDM
Fundação Maurício Grabois

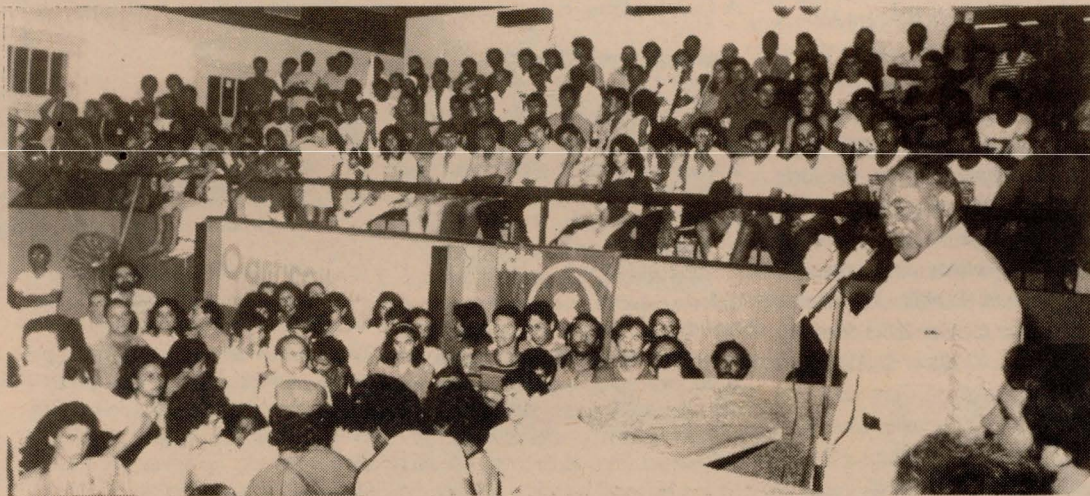


Frente se consolida em PE

Uma frente muito ampla e ao mesmo tempo avançada, reunida em torno da chapa Jarbas Vasconcelos (PMDB), governador, e José Queiroz (PDT), senador, é o resultado de rico e polêmico processo de costura da unidade em Pernambuco, coroado com as convenções partidárias realizadas no último domingo. Para o pleito de deputados federais e estaduais, formaram-se duas coligações distintas, uma unindo PSB e PCdoB, a outra o PMDB, o PCB, o PSDB e o PDT. A campanha se prenuncia polarizada, tendo como divisor de águas a posição face ao governo Collor, com Jarbas à frente das forças oposicionistas e Joaquim Francisco, do PFL, liderando uma coligação de partidos de direita sintonizados com o atual governo federal. O PT optou pelo isolamento, lançando o professor Paulo Santiago para governador.

Duas chapas

"Estamos vivendo uma experiência de frente única muito amadurecida, em que as correntes mais à esquerda combinam o esforço efetivo sincero pela unidade com a preservação de sua independência política", observa o presidente regional do PCdoB e candidato a deputado estadual, Luciano Siqueira. E que, tendo em conta as circunstâncias locais, o PCdoB e PSB consideraram mais conveniente, do ponto de vista político e eleitoral, não estabelecer coligação com os demais partidos da frente popular para o pleito proporcional, decisão cercada de acesa polêmica pública. PMDB, PSDB e PCB, particularmente pela voz de parlamentares em dificuldades eleitorais, acusavam o PSB de divisionismo ao proclamar a intenção de coligar-se apenas com o PCdoB, alegando afinidades políticas. Segundo eles, um "chapão" de deputados federais e estaduais garanti-



O ex-governador Miguel Arraes puxa votos na coligação proporcional entre o PCdoB e o PSB

ria a unidade, coligações diferenciadas gerariam problemas incontornáveis à campanha. "A questão é essencialmente política e diz respeito à autonomia de cada partido", reconheceu o pró-

prio Jarbas Vasconcelos, que chegou a fazer gestões em favor do "chapão". "Não há risco para a unidade em torno do que há de mais essencial, ou seja, dos compromissos básicos da frente e o apoio irrestrito à chapa Jarbas-Queiroz", argumenta o vereador Renildo Calheiros, do PCdoB. De fato, a grande festa de lançamento da Frente Popular, no Ginásio de Esportes da Imbiri-

beira, a 9 de junho, que reuniu cerca de 10 mil militantes, e as convenções do último fim de semana - verdadeiros atos de afirmação da unidade anti-Collor - parecem dar razão a Renildo.

Por outro lado, a julgar pela opinião dos analistas, a coligação proporcional PSB-PCdoB poderá viabilizar a formação de bancadas de esquerda. O ex-governador Miguel Arraes, candi-

Engenho e arte fazem avançar a unidade

Complexa e polêmica tem sido a costura da Frente Popular de Pernambuco, caracterizada afinal pela unidade em torno de propostas avançadas. Fundou-se sobre a base de compromissos políticos claros, especialmente a oposição ao governo Collor. Na chapa majoritária, firmeza e amplitude: Jarbas, contundente e preciso em suas posições, tem como vice Paulo Coelho, de Petrolina, sertão do São Francisco, e o ex-prefeito de Caruaru, agreste setentrional, José Queiroz, é um forte candidato ao Senado.

Para se progredir tanto, foi necessário romper preconceitos, superar vacilações, praticar esclarecedora polêmica. O PCdoB cumpre papel destacado nesse processo. Pratica a unidade de muitas formas: na elaboração do ideário da Frente, na intermediação do diálogo entre correntes e lideranças divergentes e na condução da campanha dos seus candidatos, Renildo Calheiros a deputado federal e Luciano Siqueira a estadual. Luciano tem sua campanha coordenada por um comitê suprapartidário integrado por militantes de diversos partidos e por personalidades sem partido. No ato de lançamento dos candidatos comunistas, um marcante acontecimento político, a 27 de maio, o governador Carlos Wilson, Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos e José Queiroz enaltecem o papel do PCdoB na luta pela unidade. "Unidade em prol do que há de mais importante hoje para o país e para o nosso povo", disse Arraes.

dato a deputado federal, obtendo expressiva votação, ajudará a eleição de mais três ou quatro candidatos, e a chapa de deputados estaduais, vanguardada pelos seus ex-auxiliares Eduardo Campos e Pedro Eurico e por Luciano Siqueira, do PCdoB, terá chances de alcançar resultado semelhante.

Povo enfrenta oligarquias no PA

As forças democráticas e populares no Estado do Pará se uniram para derrotar as oligarquias e fazer oposição ao governo entreguista de Collor. Formou-se a Frente Popular Novo Pará, composta por seis partidos: PSDB, PT, PSB, PCdoB, PDT e PCB que, vencendo os preconceitos e as divergências, deram uma demonstração de maturidade política coligando-se nas majoritárias e proporcionais, lançando o senador Almir Gabriel (PSDB) a governador, Raul Meireles (PT) a vice e o deputado federal Ademir Andrade (PSB) ao Senado.

Há grandes possibilidades de vitória. O jogo de interesses entre as oligarquias impossibilitou a união destas em torno de um candidato único ao governo. Saíram dois candidatos: Jader Barbalho (PMDB) e Said Xerfan (PTB), farinhas do mesmo saco. Por outro lado, a Frente Popular Novo Pará tem tudo para se afirmar como uma alternativa de governo democrático e progressista, com um programa claro em oposição ao estado de penúria, abandono e intranquilidade em que se encontra o povo paraense.

Chance de vitória

O Partido Comunista do Brasil - PCdoB - está dando tudo de si, apostando nessa frente popular tanto na eleição dos candidatos majoritários como na de seus candidatos: Socorro Gomes para deputada federal e Newton Miranda para deputado estadual, companheiros que nunca se venderam e nem se renderam aos inimigos do povo. Com a formação da frente aumentaram as possibilidades de eleição de Neuton e Socorro.

Diversas iniciativas já foram efetivadas: lançamento público das candidaturas do PCdoB, com a presença de diversos artistas da terra e a participação de centenas de pessoas, viagens pelo sul do Pará, Castanhal e Barcarena (Projeto ALBRAS), visitas aos bairros de Belém, visitas aos canteiros de obra, em portas de fábricas, participação em todas as greves e manifestações dos rodoviários, professores, metalúrgicos e servidores públicos.

A campanha está começando a esquentar. Os materiais de propaganda estão circulando e a militância parte para a rua em busca do voto.

Esquerda abre caminhos no DF

Foi formalizada no último final de semana a Frente Popular Brasília, a coligação integrada pelo PDT, PSDB, PCdoB, PCB, PSB e PV que vai disputar as eleições do próximo dia 3 de outubro com as candidaturas de senador Maurício Correa do PDT, ao governo do Distrito Federal e do senador Pompeu de Souza, do PSDB, ao senado. O candidato a vice-governador será o deputado Geraldo Campos, do PSDB, um pioneiro defensor da luta dos servidores públicos.

As convenções de todos os partidos integrantes da coligação

transcorreram num clima de muito entusiasmo e vibração, e contarão com a presença dos candidatos majoritários, numa demonstração de sólida unidade. Ao visitar a convenção do PCdoB, o senador Maurício Correa elogiou a postura do partido em defesa da unidade da esquerda, a combatividade de seus militantes e declarou que as candidaturas proporcionais dos comunistas Moacyr Oliveira Filho, o Moa, para deputado federal e Agnelo Queiroz, para deputado distrital - contarão com o seu apoio direto. Moa e Agnelo discutiram a defen-

dendo a unidade da esquerda e demonstrando a certeza na vitória da coligação.

Ao final do dia, houve uma concentração dos militantes de todos os partidos coligados na sede da OAB, onde se realizava a convenção do PDT, para um Ato Público de formalização da Frente Popular Brasília. Em seu discurso, Maurício Correa garantiu que será o candidato anti-Collor e comprometeu-se a lutar pela defesa de um programa de governo comum de todos os partidos que integram a coligação.

Progressistas de Alagoas querem Bonfim na Assembléia

No último dia 8, uma animada festa no bar "Casablanca", um dos mais badalados de Maceió, marcou a arrancada da campanha de Eduardo Bomfim a deputado estadual em Alagoas. Centenas de lideranças populares, políticos, personalidades e amigos de Bomfim fizeram questão de comparecer e garantir apoio para a eleição do candidato do PCdoB à Assembléia Legislativa alagoana.

Eduardo Bomfim sai candidato por uma coligação dos partidos de esquerda que além do PCdoB, inclui o PT, PSB e PCB, podendo ainda ampliar-se para outros partidos progressistas. Ainda está em discussão a composição da chapa majoritária. Nos próximos dias serão definidos os candidatos a governador, vice e senador pela aliança de esquerda.

Representatividade

Na festa de lançamento, dia 8, foi preciso fechar a rua onde fica o "Casablanca", a fim de que todas as pessoas pudessem se acomodar - e não se tratava de "boca-livre", como é comum nas campanhas dos políticos burgueses. Ao contrário: além de pagarem suas despesas e contribuírem para a campanha, as pessoas adquiriram material de campanha de Bomfim para distribuir entre amigos.

Estiveram presentes personalidades como o presidente da OAB de Alagoas, Nabor Bulhões, representantes de todos os partidos de esquerda, dirigentes de dezenas de sindicatos, jornalistas, intelectuais, estudantes, artistas e parlamentares. A eleição de Eduardo Bomfim é considerada nos meios progressistas de Alagoas indispensável para que se tenha na Assembléia Legislativa uma oposição coerente, firme e capaz de expressar o sentimento popular, que vai sendo fortemente marcado pe-



Bonfim conta com amplo apoio

la oposição ao governo Collor.

Bonfim afirmou que a campanha, já começando em ritmo forte, tem condições de levar à Assembléia uma boa bancada oposicionista, a fim de enfrentar a política de "Rolo Compressor" do esquema Collor de Mello em Alagoas.

"Nós não temos dúvida de que a campanha governista, aqui em Alagoas, será caracterizada pelo mais ostensivo clientelismo, com fortunas sendo gastas na compra de votos, fisiologismo, pressões de toda ordem. Querem impor aos alagoanos um monopólio político como tantos que já instalaram aqui", afirmou Bomfim. E alertou o "as oposições têm condições de enfrentar tudo isso. O Plano Collor está se esvaziando e indo por água abaixo, os prejuízos para as grandes massas do povo são evidentes. O sentimento que se generaliza é de frustração, decepção com este governo, inflação retornando, desemprego, recessão, entreguismo - tudo isso está fazendo muita gente mudar de idéia a respeito do governo Collor. Acho que as urnas vão expressar isto".

Em Minas, desenha-se um quadro de polarização eleitoral

A largada da campanha da Frente Minas Popular ocorreu no dia 7 de junho, com o lançamento da candidatura de Virgílio Guimarães ao governo. O ato contou com a presença de Lula. Estavam presentes os presidentes regionais dos partidos da Frente: Sérgio Miranda do PCdoB, Valdo Silva do PSB, Neza Santos do PV, Juares Amorim do PCB. Sérgio Miranda, que também é candidato a deputado federal, foi muito aplaudido quando saudou a unidade conquistada pela esquerda para derrotar Newton Cardoso, bem como seus representantes escondidos em outras legendas. Denunciou com veemência o autoritarismo do governo Collor e sua política de arrocho e desemprego contra os trabalhadores. O ato contou com a presença de pelo menos cinco mil pessoas, que com muito entusiasmo e aplausos saudaram o candidato Virgílio Guimarães, que afirmou ser a unidade popular o único meio capaz de conquistar para Minas um governo mais justo e barrar a política antinacional de Collor no Estado e no país.

Convenção do PCdoB

Realizou-se no dia 10 de junho na Câmara Municipal de Belo Horizonte, com a presença de mais de 400 pessoas e um total de 87 delegados, a Convenção do PCdoB. Vieram ônibus de João Monlevade, Montes Claros e Betim.

A conquista de uma chapa de unidade das esquerdas, com grande representatividade para o governo de Minas, deu clima de festa à Convenção. O PCdoB, pela sua participação acertada no processo de formação da chapa e por indicar o candidato a vice-governador, elevou a outro patamar sua intervenção na vida política do Estado. Outra questão a ressaltar é o trabalho da Comissão de Organização que conseguiu ampliar em muito a presença do Partido em várias cidades do interior.

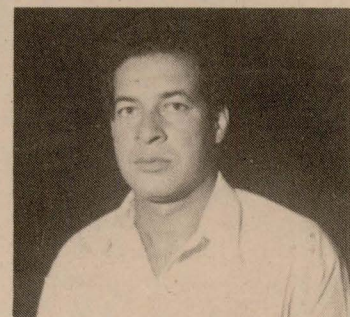
Depois da Convenção realizou-se um ato político com a presença de todos os representantes da Frente. Roberto Assis, candidato a vice-governador, reafirmou



Virgílio Guimarães e seu vice, Roberto Assis, do PCdoB



Miranda concorre à Câmara, Edmundo à Assembléia Legislativa



seu compromisso e do seu partido, o PCdoB, de defesa dos interesses populares. O candidato a governador, Virgílio Guimarães, foi o último orador. Saudou a Convenção, ressaltando o papel de desempenhado por João Amazonas e pela militância do PCdoB na campanha presidencial do ano passado. Reafirmou que a unidade das forças que compõem a Frente Minas Popular é a certeza da vitória nas eleições de outubro.

Na Convenção, foram oficializadas as candidaturas do PCdoB. O seu time para enfrentar as eleições é de primeira. Sérgio Miranda, candidato a deputado federal, Edmundo Vieira, Wilson Pinheiro e

Paulo Rogério, candidatos a deputados estaduais, já estão em campanha.

Com a bandeira de que "Pra Frente é que se anda", vão conquistando adesões e fortalecendo suas campanhas. A conquista da candidatura de vice-governador pelo PCdoB é mais um reforço a essas candidaturas. Muitos eventos têm sido realizados com grande êxito, como o lançamento das candidaturas de Sérgio e Edmundo em Belo Horizonte, em 8 de junho.

Plínio e Hermann compõem

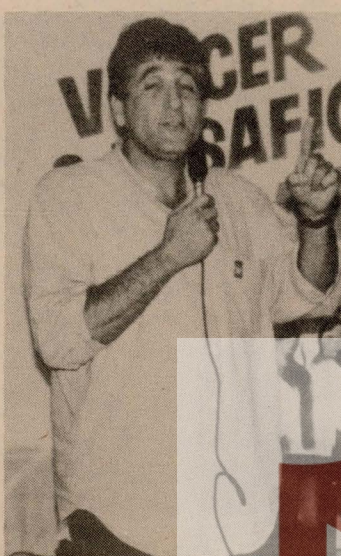
Rogério Siqueira

Com a confirmação do deputado federal João Hermann à vaga de vice-governador na coligação dos partidos de esquerda (PCdoB, PT, PSB e PCB) fica definida a chapa que irá disputar o governo de São Paulo, contando com o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio e o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, candidatos ao governo do Estado e ao Senado Federal.

A indicação de João Hermann do PSB para candidato à vice-governador nesta coligação contou com o apoio do PCdoB e consolida a legitimidade de uma frente de esquerda em São Paulo, com os partidos que

integraram a Frente Brasil Popular nas últimas eleições (PCdoB, PT, PSB) além do PCB. João Hermann possui um reconhecido passado de lutas no Estado de São Paulo. Quando prefeito de Piracicaba, combateu bravamente os desmandos da ditadura militar, realizando nesta cidade do interior paulista uma administração democrática e popular, além de colaborar para que lá fosse realizado um importante congresso da UNE, que iniciava sua fase de reconstrução.

Logo após a aprovação de seu nome, por parte do PT, para concorrer à vaga de vice-governador, o deputado João Hermann (PSB) foi ouvido pela Classe Operária, sobre a im-



Hermann, candidato a vice

portância dessa frente que ora se consolida em São Paulo.

'O fator mais importante na consolidação desta frente é a reedição em São Paulo da Aliança socialista/comunista de 88 e 89. Desta forma as forças progressistas de Estado mais importante da Federação mostram sua pujança e poder de articulação a fim de barrar a escalada antipovo do governo Collor, representante do que há de mais arcaico em nosso país, Collor se apresenta como novo mas não passa do velho reeditado.'

'Ao contrário, o novo no Brasil é esta frente de esquerda que se consolida em São Paulo, através de uma coligação de forças democrá-

cas e populares. Temos hoje em São Paulo a possibilidade de transformar este Estado, que é o reduto das elites e dos ricos, no Estado dos trabalhadores, na alavanca da vitória socialista em nosso país'.

'Gostaria de tributar minhas homenagens à direção do PCdoB em São Paulo na figura de seus dirigentes que souberam ser pacientes e ao mesmo tempo fortes na defesa dos interesses populares e na consolidação desta frente, que deve contar ainda com o apoio de entidades populares e representativas para se conquistar em São Paulo um governo que esteja realmente do lado do povo.'

A experiência catarinense na luta pela unidade democrática

A sucessão estadual de Santa Catarina está delineada. De um lado, as forças oligárquicas e de direita não se fizeram de rogadas, e se uniram dando consequência ao acordo firmado em 1988 na disputa das eleições municipais, quando saíram vitoriosas. Estas forças, ressuscitando a velha Arena, constituíram a "União por Santa Catarina", ficando de fora, por divergências pessoais, apenas o PRN, oriundo do PDS, com uma candidatura inexpressiva.

No campo das esquerdas, logo após o resultado final das eleições presidenciais, iniciaram-se conversações visando a unidade de todas as forças progressistas que se aglutinaram no segundo turno das eleições de 1989. Várias reuniões foram realizadas para definir o caráter da Frente Popular: de oposição ao governo Collor e de crítica em relação ao governo do Estado, do PMDB.

Coube ao PDT indicar o candidato ao governo. A vaga ao Senado caberia ao PSDB. Porém, a intransigência deste último em não abrir mão da cabeça de chapa, e o populismo e personalismo do senador Dirceu Carneiro, fizeram com que os tucanos batessem asas e se retirassem da Frente, lançando candidatura própria e contribuindo assim com as forças de direita.

O PMDB vai para a disputa levando o desgaste do governo do Estado com uma candidatura obscura, sem expressão no Estado, do deputado estadual Paulo Afonso.

O PCdoB fez todos os esforços para concretizar a Frente mais ampla possível. Foi peça importante da consolidação da Frente Popular, composta pelo PDT, PT, PCdoB, PV, PCB e PSB. As candidaturas do sena-



Da esquerda para a direita: Nelson Wedekin, João Guisoni e Fritsch

dor Nelson Wedekin (PDT) para governador, de Eurides Mescoloto (PDT), para vice e de José Fritsch (PT) para o senado, representam a unidade das forças populares no Estado, e têm reais chances de passar para o segundo turno e de vencer as eleições, pois representam a vontade do eleitorado do Estado.

Campanha em curso

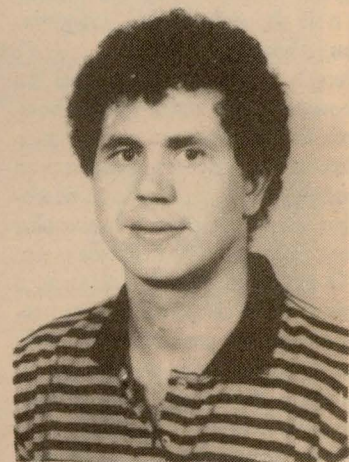
A Frente Popular já está em campanha, com atividade em todos os municípios e já com a realização do primeiro comício eleitoral em Santa Catarina, no dia 8 de junho, em Florianópolis, com a presença de Lula, Brizola e outras lideranças nacionais. O comício teve grande repercussão no Estado, reunindo cerca de quatro mil pessoas, em dia de abertura de copa e vento sul.

O PCdoB participa das eleições indicando candidatos a deputado federal e deputado estadual. Para federal foi indicado Célio Hohn, de Chapecó, oeste do Estado, candidato a vereador em 1988, com

boa votação e um dos organizadores do Partido no Estado. Uma eleição difícil, porém com possibilidades de vitória. Para deputado estadual, prioridade do Partido no Estado, foi indicado o vereador de Florianópolis e presidente do Partido no Estado, João Guisoni, destaque nas eleições de 86 e 88, por sua votação expressiva. O Partido conseguiu formar comissões

em 48 municípios, que podem se transformar em bases de apoio dos candidatos e impulsionar a campanha, contribuindo para a vitória.

A convenção regional com ato de lançamento das candidaturas, somado com o ato de inauguração do comitê dos candidatos do PCdoB, contribuiu para ampliar os apoios e mobilizar a militância.



Candidato do PCdoB para esta Jual



Célio Hohn

Convenções unificadas reúnem milhares no Mato Grosso

No dia 9 de junho, com o ginásio "Nilo Póvoas" lotado por mais de 3 mil pessoas, entre elas centenas de lideranças sindicais e do movimento popular e democrático, realizaram-se as convenções conjuntas dos partidos da Frente Popular (PT, PDT, PCdoB, PSB e PCB). "Um acontecimento histórico, pois esta é a primeira vez que os partidos progressistas vão unidos para uma disputa eleitoral regional", disse Aluizio Arruda, presidente do PCdoB no Mato Grosso.

Na ocasião, o PCdoB lançou oficialmente o líder sindical Otaviano para a Assembleia Legislativa, e aprovou, por unanimidade, a chapa majoritária composta pelo pro-

fessor universitário e promotor público Luiz Scaloppe (PT) para governador, o ex-secretário da Contag Zulmiro Ferri (PDT), para vice, Moisés Martins (PDT) para senador e Aluizio Arruda (PCdoB) para a 1.ª suplência de senador. Quanto à Câmara Federal, o PCdoB decidiu pelo apoio prioritário às candidaturas de Antero (PT) e Dante de Oliveira (PDT).

Em seu discurso, o candidato a governador, Luiz Scaloppe, expressou a convicção de que a "Frente Popular chegará ao 2.º turno, pois é a única que tem compromisso real com o nosso povo". Ele assumiu também o compromisso de apurar com rigor os demandas praticados

nas administrações dos "Campos" (PFL) e "Bezerra" (PMDB). Por último, lamentou o fato de o PSDB, que está com candidatura lançada há mais de um mês, mas continua em último lugar nas pesquisas, insistir em não participar da Frente, dividindo as esquerdas e favorecendo as candidaturas de direita.

No encerramento da Convenção, Arthur de Paula, falando em nome da direção nacional do PCdoB, destacou a importância da união das forças progressistas como instrumento de luta contra as oligarquias, bem como para o fortalecimento da luta contra o governo Collor e sua política econômica de desemprego, recessão e entreguismo.

“Nosso projeto é unir as forças democráticas”

Cloves Geraldo

Wilson Milanezi

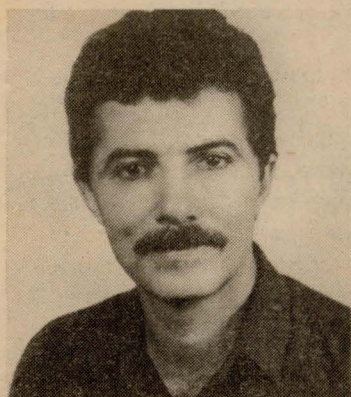
Em clima de festa e com a presença de cerca de mil pessoas, entre lideranças sindicais, políticas e populares, amigos e simpatizantes do Partido, o Diretório Regional do PCdoB lançou as candidaturas de seu presidente, Iran Caetano, à deputado federal, e a do deputado estadual João Martins, a reeleição.

Durante o ato, encerrado com um show musical do cantor Robson Ruas, Iran Caetano destacou que as candidaturas do PCdoB representam uma participação do Espírito Santo no movimento de resistência democrática contra o governo de Collor de Mello. “O projeto do PCdoB, continuou, é unir as forças democráticas numa frente progressista para barrar os intentos do senhor Collor de Mello e conquistar a democracia, muito aplaudido pelos presentes o deputado João Martins afirmou que colocou seu mandato a serviço dos movimentos sindical, estudantil e popular. “Hoje a unidade das forças populares é necessária para impedir o avanço da direita”.

João Martins aproveitou para repudiar as demissões que ocorreram na RTV (Rede Televisão e Rádio do governo do Espírito Santo), COFAVI, BANESTES (Banco do Estado), Vale do Rio Doce e outras. “Queremos defender o patrimônio nacional, a democracia e a dignidade do povo brasileiro”.



O deputado estadual Paulo Hartung (PSDB) discursa no lançamento das candidaturas de Iran e João Martins



Simão Almeida

SIMÃO E BRANDÃO

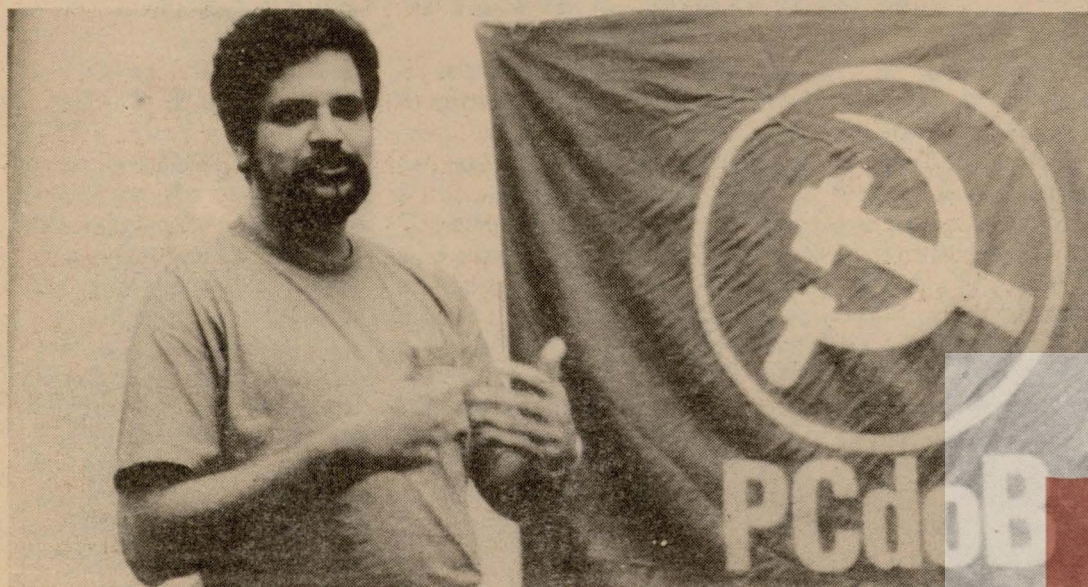
Ocorreu no dia 17 de junho, no prédio da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, o lançamento da Frente Paraíba Popular, coligação que envolve os partidos progressistas e de esquerda do Estado, PCdoB, PT, PSB, PCB e PV.

O lançamento apresentou ao eleitorado os candidatos majoritários da Frente, o médico e cientista Genival Veloso, do PT, candidato a governador, Emília Correa Lima, do PCB, candidata a vice-governadora e Paulo Araújo, do PSB, candidato a senador. Demonstrando o potencial da FPP, mesmo em dia de chuva, cerca de 400 pessoas

compareceram e realizaram, após o ato, concorrida carreato pela orla marítima de João Pessoa.

Os candidatos do PCdoB na Paraíba são Valtécio Brandão, Vice-Presidente do SINTESP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Superior da Paraíba), dirigente da FASUBRA e presidente do Partido em

Campina Grande, a Deputado Federal e Simão Almeida, presidente regional do PCdoB e membro do Comitê Central, para deputado estadual. São candidaturas amplas e de grande potencial. O Partido começa a organizar os comitês de campanha por local de trabalho, estudo e moradia e vem sentindo a receptividade popular dos candidatos comunistas.



Brandão traz a representatividade do movimento sindical

Roraima realiza convenções

No dia 17 o PCdoB, PSDB, PDT e PSB realizaram convenção conjunta e formaram a coligação Movimento Roraima Livre. Ao final houve um ato político onde falaram o candidato a governador e presidente do PSDB Regional Getúlio Cruz, o presidente Regional do PDT Deputado Chagas Duarte, candidato ao Senado, o presidente do PSB Dimar Mesquita e Marcos Montenegro, presidente Regional do PCdoB e candidato deputado estadual.

O quadro eleitoral em Roraima vai se definindo em três blocos: de um lado a coligação Movimento Roraima Livre - PSDB, PDT, PCdoB, PSB, PST - que apresenta um programa democrático e tende a atrair os setores organizados do movimento popular de Roraima. A direita mais reacionária apresenta a candidatura de Romero Jucá ex-presidente do Funsu e ex-governador de Roraima e signatário do Pico,

PL, PF(?), PTR, PSC e UDR. O terceiro bloco é formado pelo PTB, PDC e possivelmente PMDB e tem o brigadeiro Otomar Pinto, deputado federal do PTB, como candidato ao governo.

O PRN (a coligação “Brasil Novo” se dividiu em várias direções) até o momento está sozinho, mas pode se coligar a siglas sem maior expressão em Roraima. Conta com o apoio de parcela do empresariado da construção civil.

O momento é favorável às forças do Movimento Roraima Livre que poderá jogar papel destacado na unidade das forças democráticas e do movimento popular.

O PCdoB sai fortalecido com essa coligação e poderá crescer nesse processo e até eleger um deputado estadual. O Partido lançou Carlos Libório a deputado federal e Marcos Montenegro a deputado estadual.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Gorbachev cada vez mais isolado

Enquanto Gorbachev tergiversa sobre o socialismo, defende o mercado inclusive como uma grande conquista da humanidade ("o mercado surgiu com a aurora da civilização e não é uma invenção do capitalismo. Se levar ao aumento do bem-estar da população não haverá contradição com o socialismo") e na prática completa o processo de transição ao capitalismo na URSS, que vem acompanhado pelo desemprego em massa, arrocho salarial e aumento do mal-estar da população, atua na Rússia uma tendência nova e promissora para a luta dos trabalhadores soviéticos. Trata-se do Partido Comunista Russo no PC, ainda uma tendência do PCUS (devido à inexistência do pluripartidarismo, ainda proibido), recentemente criado, com base em Leníngrado, por Boris Gidasov e a professora Nina Andreieva. A organização, que atualmente conta com cerca de 2 mil filiados, defende princípios marxistas-leninistas, opõe-se à "perestroika" e às tendências liberais e revisionistas atuantes na URSS.

Funções decorativas

Conforme a opinião de um membro do parlamento soviético, Vitaly Korotich, é bem provável que até o fim do ano Gorbachev torne-se um presidente com funções meramente decorativas, inclusive porque o partido revisionista, o PCUS tende a se frag-

Yeltsen teve uma vitória no Parlamento Russo e ameaça acabar com a URSS
mentar durante e após o 28º congresso, acompanhando a própria União Soviética, cuja sobrevivência parece inviável a médio prazo. Com efeito, dentro da URSS fala-se na existência de 2 mil grupos com pretensões de fundar um partido. No interior do próprio PCUS contam-se às dezenas o número de tendências francamente contraditórias e irreconciliáveis. Aparentemente os três principais grupos são dirigidos por Gorbachev, pelo presidente da Rússia Boris Yeltsen (líder da Plataforma Democrática do PC, criada em janeiro deste ano) e Yegor Ligachev, ministro da Agricultura (da Plataforma Marxista do PC, fundada em abril). Além desses grupos, cujas propostas políticas não se casam, contam outros como o Pamyat, xenófobo e racista com cerca de 50 mil filiados, a Frente dos Trabalhadores Unidos.

O sono de Gorbachev, e seu poder, tem sido também gravemente perturbado pelo virtual desmoronamento da URSS e os crescentes desafios do próprio império russo. Neste terreno, contam não apenas a independência do Báltico, mais de cem mortos nos conflitos na Quirquízia, "pogroms" (massacres) na Armênia e Azerbaijão e tensões na Geórgia, Ucrânia e Moldávia (cujo parlamento aprovou há poucos dias uma declaração de apoio à Lituânia). Mais relevante e prenhe de peri-

gos para o poder central foi a aprovação de uma declaração de soberania pelo Parlamento da Federação Russa, por 907 votos a 13 e 9 abstenções - numa evidência do fortalecimento do nacionalismo russo, que explica também a reconstrução do PC da Rússia. A declaração proclama o direito de separação da maior das 15 repúblicas soviéticas, assegura o controle dos recursos naturais e sustenta a supremacia das leis russas sobre as da URSS, assim como soberania em relação a outros governos. Gorbachev fica, com isto, ameaçado de se transformar em um imperador de republiquetas asiáticas.

No clima de crise (com queda

da produção, crescimento do desemprego, da miséria e da criminalidade) ganham força no país tendências de caráter nitidamente fascista, no caso lideradas pelo Pamyat. Há poucos dias, a exemplo do que ocorreu na França e em outros países europeus, cinco túmulos de judeus foram profanados em Moscou. O plano de reestruturação econômica, que visa coroar o processo de transição ao capitalismo e prevê a triplicação dos preços, privatização de 70% das estatais, falências e desemprego em massa (de pelo menos 20 milhões de trabalhadores), foi mais uma vez adiado, o que também denuncia as dificuldades do governo.



Um partido que promete

O congresso de reconstrução do PC da Rússia, aberto no dia 19 em Moscou, comprova que as margens do poder do presidente soviético Mikhail Gorbachev estão a cada dia mais estreitas. A iniciativa do encontro foi tomada por um dos seus principais opositores, Yegor Ligachev, já como um sinal do descontentamento generalizado e da desagregação, a esta altura irremediável, das fileiras do partido revisionista, também profundamente atingido pelo nacionalismo e pela crise da sociedade soviética.

Gorbachev falou na abertura do congresso, mas foi pouco aplaudido e, em contrapartida, teve de ouvir muitas críticas. Boa parte dos oradores exigiu sua renúncia da direção do PCUS, e do país. A defesa que ele fez da "perestroika" souu dissonante e isolada, contrariando a maioria dos delegados no encontro, que por sinal prepara o 28º congresso do PCUS, convocado para o início de julho.

Enquanto decresce o prestígio e o poder de Gorbachev, seus oponentes mostram uma maior desenvoltura nas críticas. Um dia antes da abertura do congresso de reconstrução do PC da Rússia, Ligachev concedeu uma entrevista ao jornal "Pravda" condenando o plano econômico de Gorbachev e pedindo um referendo popular a respeito: "Perguntemos ao povo soviético que rumo deverá tomar a reestrutu-

ção da economia, se para o socialismo ou para o capitalismo". Já os mineiros de carvão soviéticos, reunidos num congresso em Donetsk, aprovaram uma moção de desconfiança em relação ao partido revisionista, que não mais consideram representante dos trabalhadores, e decidiram fundar um sindicato independente do governo. Acuado, Gorbachev teve de ouvir também severas críticas à sua "perestroika" por parte de militares, como o general Albert Makashov, que sintomaticamente fez alusões ao apoio do general Georghi Zhukov ao golpe desfechado por Krushchev, lembrando que as forças armadas não assistirão

passivamente à crise e argumentando: "A Alemanha se reunifica e provavelmente integrará a OTAN, o Japão torna-se força decisiva no Extremo Oriente. Só nossos sabidos pavões sustentam que ninguém vai nos atacar". O cenário é de agravamento da crise.

Um brasileiro na Albânia Primeira parte

Aviso aos profetas da derrocada albanesa

Bernardo Joffily

Quando o furacão do ano passado arrasou com os sistemas político-sociais e partidários da Europa Oriental, logo apareceu a pergunta: E a Albânia? Quando cairá a Albânia? Num bar da moda em Belo Horizonte chegou a se fazer um bolão; ganhava quem acertasse a data da queda do Partido do Trabalho. O editor internacional da revista "Veja", irônico, propôs num artigo uma campanha internacional para salvar o último bastião do comunismo no planeta.

Dois meses de bisbilhotice

Ora, eu havia trabalhado cinco anos na "Rádio Tirana", entre 1974 e 1979. Conhecia razoavelmente o país, o povo, o partido e o socialismo albaneses. Por isso não participava da opinião geral. Mas como gato esquadrado tem medo de água fria, e eu tinha um sonho antigo, de escrever um livro sobre o "País das Águias", concluí que havia chegado a hora de transformá-lo em realidade.

Voei para a Europa, passei um mês bisbilhotando minuciosamente a terra de Enver Hoxha, e mais outro percorrendo a Iugoslávia, Bulgária e Romênia, para ter um ponto de comparação. Recolhi um material considerável: mais de 20 quilos de livros, jornais, revistas, etc, e pelo menos outro tanto de análises, posições, impressões, inquietações e esperanças transmitidas em incontáveis conversas.

Ao fim desses dois meses de bisbilhotice, estou passando para o papel tudo aquilo que vi e ouvi. O livro, editado pela "Alfa Ômega", deve sair do prelo em julho ou agosto. E há de fato assunto para um livro, ou até vários. Mas, a pedido dos companheiros da "Classe", adiantarei nesta série algumas opiniões.

A Albânia não vai cair

Existem de fato mudanças consideráveis entre a Albânia dos anos 70, que eu vivi, e aquela que eu percorri agora. Não falo só do progresso econômico, dessa ou daquela nova indústria, do movimento para levar água encanada a todas as aldeias (a eletrificação se completou há 20 anos) ou da discussão popular sobre a expansão do ensino obrigatório, de oito para dez anos. Há mudanças de razoável profundidade, na orientação econômica, política e social do país.

Eu mesmo comentei várias vezes, durante a viagem, que tive sorte por voltar à Albânia precisamente em 1990, e não um ou dois anos antes. "Se eu tivesse voltado antes...", dizia, e meus interlocutores albaneses invariavelmente completavam: "O seu livro iria envelhecer muito depressa..."

Mas os profetas da derrocada albanesa, que eu já vejo esfregando as mãos, podem tirar o cavalo da chuva. A Albânia não vai cair.

Uma "perestroika ao contrário"

O que eu assisti, ao vivo, foi exatamente o inverso. Vi o povo, o partido, o governo, o país inteiro, empenhado num esforço colossal para tirar lições da tragédia do Leste, prevenindo qualquer possibilidade de degeneração burocrática ou oportunista, qualquer perigo de restauração do capitalismo.

As transformações em curso na Albânia representam, em certo sentido, uma "perestroika ao contrário". A linha de Gorbachev e companhia visa, agora escancaradamente, retornar ao capitalismo em sua forma clássica e acabada. Enquanto a do PTA, com Ramiz Alia na direção, busca os meios de consolidar e impulsionar ainda mais a construção socialista, a partir das conquistas já efetivadas e com base num impressionante apoio popular.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Vargas Llosa sai da ficção e perde eleição no Peru

Carlos Pompe*

Alberto Fujimori é o novo presidente do Peru. Pela primeira vez na História, um filho de japoneses é eleito presidente de um outro país. Mas, mais do que a curiosidade histórica, a eleição de Fujimori representou um profundo golpe nas pretensões das elites peruanas, que queriam ver seu dileto filho, Vargas Llosa, à frente do país.

A eleição de Fujimori foi surpreendente. Ele saiu do anonimato para a Presidência do Peru. Seu nome nunca chegou a constar da lista dos preferidos. Seu partido, Cambio 90, foi criado às vésperas do pleito. O próprio Fujimori não punha fé nas suas possibilidades eleitorais. Tanto é, que primeiro candidatou-se a senador. Viu que tinha poucas chances, e em seguida acumulou as candidaturas de senador e presidente (algo previsto na legislação eleitoral peruana), para assim gozar de maior publicidade. Sequer chegou a elaborar um programa de governo. Quando foram apurados os resultados do 1º turno, em 8 de abril, Vargas Llosa despontou em primeiro lugar, mas sem a maioria absoluta que previa e chegou a anunciar. Fujimori ficou em segundo, e partiu para as articulações para o novo turno, só com dois candidatos, realizado em 10 de junho.

Modernidade senil

Há 2 anos e meio o escritor Jose Mario Pedro Vargas Llosa vem realizando sua campanha presidencial. Apresentando-se sempre abertamente como representante da direita e das elites oligárquicas, Vargas Llosa fez oposição cerrada ao governo social-democrata de Alan Garcia. Saiu em praça pública fazendo alarde contra a estatização dos bancos que espoliavam o país; somou-se ao discurso golpista dos generais que vituperavam contra a "anarquia e algazarra" das manifestações populares; fez coro com as multinacionais e os organismos econômicos internacionais exigindo a remessa de lucros sem limites e o pagamento régio da dívida externa, mesmo às custas do sacrifício dos trabalhadores.

Em apoio a Vargas Llosa, a imprensa ligada ao capital internacional fez o seu papel, dentro e fora do Peru. As cadeias de rádio e televisão particulares multiplicavam as entrevistas, os noticiários e os pronunciamentos em favor do escritor. Chefes de Estado de várias grandes -de Menem a Collor, de Bush a Thatcher-

realizaram encontros com o escritor famoso.

Mas em meio à consagração entre as elites, o autor de "Pantaleão e as visitadoras" apresentava um problema absurdamente sério: seu programa de governo absolutamente impopular, ditado pelo FMI e o grande capital internacional. Do alto de seu prestígio, Vargas Llosa falava abertamente que, sob seu governo, o Peru ia sofrer a recessão e o desemprego; as portas do país seriam escancaradas ao capital internacional, e os salários seriam arrojados para tornarem-se apetitosos para a gula dos investidores estrangeiros. Coroando tudo, a privatização das estatais. O romancista chegou a indicar, em sua propaganda, o Plano Collor como grande exemplo a ser seguido...

Crise profunda

Essa pregação toda, que por várias vezes assumiu tons messiânicos, ocorreu quando o Peru vive uma de suas maiores crises. A produção de cocaína ganha proporções enormes. Exporta 1 bilhão de dólares ao ano, enquanto as exportações legais alcançam 3,5 bilhões de dólares. A dívida externa está em 16,5 bilhões de dólares. A inflação ultrapassa os 2.000% ao ano. O déficit do Tesouro é de 100 milhões de dólares. O produto per capita é o mesmo de há 30 anos atrás. O desemprego e subemprego atingem 60% da força de trabalho. Em 89, o Produto Interno Bruto caiu em 14%, e os



O nisei Fujimori derrotou Vargas Llosa, nas eleições peruanas

salários perderam 50% de seu valor.

"O Peru já está em recessão, e o que nós precisamos é de uma política gradual de combate à inflação, que preserve os salários e garanta os empregos", afirmou o candidato do Cambio 90, Alberto Fujimori. Realizando uma campanha com um vezo populista, em cima de um trator, o candidato nisei percorreu o país numa pregação anti-recessiva e, contrapondo-se ao apoio que Vargas Llosa ostentava dos EUA, anunciou que o Japão, terra natal de seus pais, investiriam no Peru, se fosse eleito. No caso da produção da coca, propôs a sua substituição pela agro-indústria de produtos de primeira necessidade. Com relação às estatais, quer o desenvolvimento das produtivas e a privatização das obsoletas.

Realidade x ficção

Ao abrirem-se as urnas de abril, o resultado trouxe o ficcionista Vargas Llosa para a terra. Os 10 milhões de eleitores não lhe deram a maioria folgada, que garantiria a sua eleição no primeiro turno, sempre alardeada pelos meios de comunicação e institutos de pesquisa. E o segundo turno polarizou as eleições entre a proposta recessiva e a proposta de combate à inflação sem recessão.

Vargas Llosa voltou para o segundo turno com as mesmas propostas, mas agora travestidas com o populismo mais barato. Visitou favelas e distribuiu presentes aos favelados. Posou de generoso junto à população pobre. Trocou seus guarda-cos-

tas brancos por mestiços. Tentou a todo custo mudar sua imagem de representante das elites brancas e do capital internacional. Mas não teve êxito.

Fujimori, por seu lado, tratou de organizar um programa de governo e buscar acordos e alianças com os setores mais à esquerda da sociedade peruana. Ao mesmo tempo, aprofundou laços com os pastores evangélicos, que têm grande prestígio entre o eleitorado e se contrapõem à cúpula conservadora da Igreja Católica no país. Insistiu, ainda, na defesa dos salários e dos empregos e numa solução negociada, mas não de submissão total aos organismos internacionais, para a dívida externa.

O resultado oficial do segundo turno ainda não é conhecido. Mas Vargas Llosa já admitiu a derrota. As projeções indicam que Fujimori ficou com cerca de 60% dos votos, e Vargas Llosa com menos de 30%.

O Japão, por sua vez, vê com bons olhos a vitória de um nisei num continente que é tradicionalmente dominado pelos Estados Unidos -através da farsa eleitoral ou da violência pura e simples. Anunciou que investirá no Peru, a depender das medidas econômicas que o novo governo adote.

Meias medidas

Na verdade, as alternativas que Fujimori apresenta não conduzem o país para uma efetiva solução para a gravíssima crise que atravessa. Em mais de um aspecto são semelhantes às meias medidas adotadas pelo atual presidente, Alan Garcia. É uma busca amargurada de embelezamento para o putrefato capitalismo. Embora respaldando em um outro ponto a soberania do país e a defesa de interesses populares, não rompe com o atual modelo de concentração de rendas para uns poucos e de miséria para muitos e de dependência em relação ao capital internacional.

A eleição de Fujimori é, contudo, uma resposta do povo peruano ao neoliberalismo e à falsa modernidade de que Vargas Llosa, com a petulância oligárquica que lhe é peculiar, foi porta-voz.

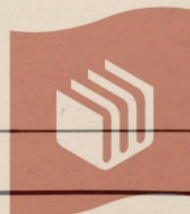
Retalhando o Peru

População: 21.792.000
 Área: 1.285.216 km²
 Produto Nacional Bruto: US\$ 21,54 bilhões
 dívida externa: US\$ 16,5 bilhões
 mortalidade infantil: 85,8 por mil nascimentos
 expectativa de vida: 60,1 anos (homens); 64,5 (mulheres)
 taxa de desemprego: 12%
 taxa de subemprego: 54%
 favelados: 4 milhões (em Lima, capital, com 7 milhões de habitantes)

Composição do Congresso

(eleito em abril)

	Senado	Câmara de Deputados
Fredemo	21	60
Apra	17	55
Cambio 90	14	32
Esquerda Unida	6	16
Esquerda Socialista	3	4
Frente Independente	-	-
Moralizadora	-	7
Frenatraca	1	3
Mov. Reg. Loreto	-	1
Frente Tacnenista	-	1
Acordo Popular	-	1
Total	62	180



CDM

Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Lisboa Operária
 22 de junho de julho de 1997

Medida provisória golpeia Petromisa com privatização

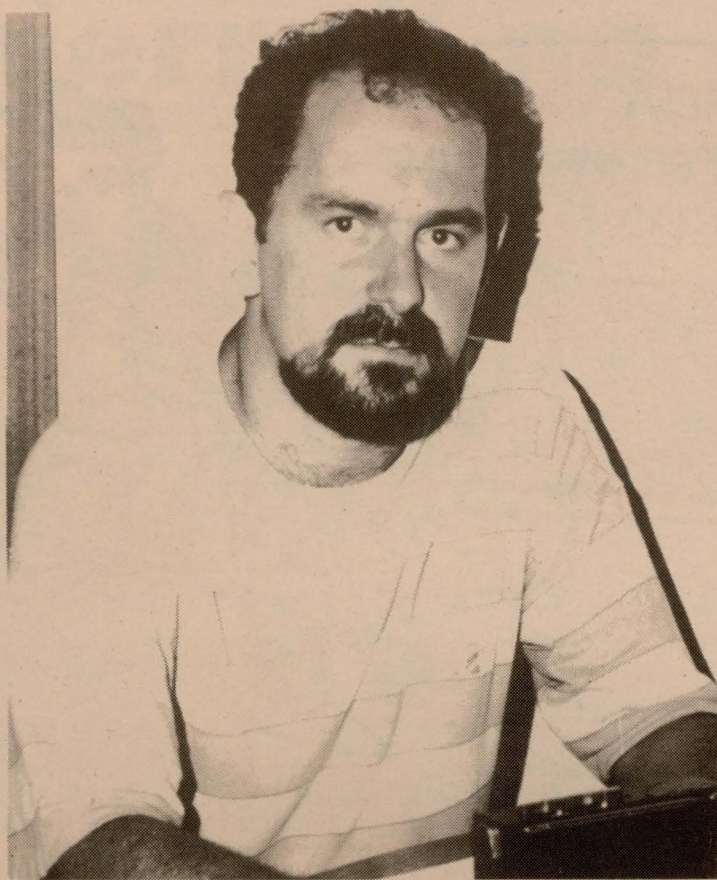
José Eduardo Dutra é presidente dos sindicatos dos mineiros do Estado de Sergipe e, juntamente com os trabalhadores da Petromisa, lutam pela não extinção da estatal prevista na medida 151 do Plano Brasil Novo. Nesta entrevista ele fala da luta dos trabalhadores contra a medida que extinguirá a única mina de potássio do hemisfério sul.

Classe- Qual a importância do projeto Taquari-Vassouras?

José Eduardo- É um projeto pioneiro, não só no Brasil como em o todo hemisfério sul. Começou a ser desenvolvido a partir da descoberta de sais de potássio durante perfurações de poços de petróleo pela Petrobrás. Por muito tempo, essas reservas estiveram nas mãos do grupo Lumen - grupo privado francês - e só a partir de 76 as reservas passaram para o controle da Petrobrás, que para explorá-las criou a Petrobrás Mineração S.A., Petromisa, que a medida 151 de Collor pretende extinguir. O projeto foi inaugurado em 85, e ainda não havia alcançado sua capacidade total de produção devido a problemas na importação de equipamentos. A sua extinção poderá inviabilizar o pólo cloroquímico de Sergipe, que dependerá de matérias-primas produzidas pela Petromisa. Do ponto de vista social terá uma repercussão também negativa: serão demitidos cerca de três mil empregados direta ou indiretamente, só em Sergipe.

Classe- O Jornal do Brasil denunciou que empresas privadas pretendem encampar a estatal.

José Eduardo- Não há ainda qualquer confirmação oficial a esse respeito, mas com certeza esses grupos devem existir. A Odebrecht, por exemplo, é um grupo que durante muitos anos trabalhou para a Petromisa, como empreiteira - inclusive, um dos fatores de encarecimento do projeto Taquari-Vassouras foi os preços cobrados pela Odebrecht, bem acima do mercado. Tudo indica que durante esse período houve um acordo político-financeiro entre a Odebrecht e os antigos administradores da Petromisa, onde a empreiteira ganharia todas as concorrências, mesmo que apresentasse preços bem mais altos que outras empresas. Com o grande conhecimento que adquiriu do empreendimento,



provavelmente está interessada. E há também o grupo Lumen. Caso se concretize a privatização, ela vai brigar no mínimo, por uma indenização. Quer dizer, a medida Collor, além de extinguir a Petromisa, vai favorecer não só ao grupo que a encampar, mas também ao grupo Lumen - isso se não for ela mesma a assumir a Petromisa.

Classe- As alegações utilizadas pelo presidente Collor para extinguir a Petromisa tem justificativas?

José Eduardo - O Governo Collor alega que o projeto Taquari-Vassouras estorou o orçamento originariamente previsto. A previsão era de que seriam necessários 200 milhões de dólares e já foram gastos de 600 a 800 milhões de dólares. Mas este estouro se deve, em primeiro lugar, ao problema da Odebrecht, como já vimos. Além disso, as alegações de Collor de Mello devem ser vistas com desconfiança, no mínimo. O ministro da Infra-Estrutura, Osiris Silva, que inclusive é um dos maiores defensores da extinção da Petromisa, foi presidente durante mais de um ano da Petrobrás, à qual a Petromisa está subordinada. No entanto, naquela época, nada foi feito para diminuir os gastos da Petromisa, ou pelo menos investigar as causas destes gastos. De qualquer forma, os trabalhadores sempre denunciaram a existência desses gastos ex-

cessivos e nenhuma providência foi tomada.

Como o movimento organizado dos trabalhadores está enfrentando esta ameaça?

José Eduardo - Desde que surgiu a medida provisória, o sindicato desenvolveu uma campanha junto à sociedade sergipana no sentido de se evitar que o Congresso a aprovasse. Foram feitos atos públicos, passeatas, contatos com autoridades, partidos políticos, representantes de entidades sindicais, e acreditamos que conseguimos mobilizar ampla parcela da opinião pública do Estado, no sentido de evitar esta extinção. Infelizmente o Congresso aprovou a medida, inclusive com o voto do atual candidato ao governo do Estado, Albano Franco.

A decisão dos trabalhadores em assembleia foi de não aceitar que o empreendimento venha a ser extinto, nem entregue a qualquer grupo privado. Lutamos em defesa da manutenção da Petromisa como estatal assumida pela Petrobrás, Petrofértil, Vale do Rio Doce, ou sua encampação por parte dos empregados. Mas continuamos em compasso de espera, pois ainda não houve uma paralisação do empreendimento, embora tenhamos tomado a posição de, em caso de demissão, vamos tomar medidas para impedir que a empresa venha a ser entregue a grupos privados.

QUESTÃO DE ORDEM A CUT no fio da navalha

Sergio Barroso*

Estonteadada por paralisantes divergência internas, a Central Única dos Trabalhadores parece ter começado a perder o rumo. Primeiro marca a data da greve geral completamente fora de propósito. Visando satisfazer ao voluntarismo de correntes esquerdistas, ensaia um contra-ataque ao Governo Collor e seu plano sem avaliar as condições políticas ou o nível de organização sindical necessário para a realização de um protesto político de envergadura.

O fato é que depois de marchas e contra-marchas, conseguiu-se na plenária nacional do dia 7, mudar o caráter da convocação. Mesmo com a denominação estapafúrdia de greve geral das categorias em luta, que confunde e distorce o conceito de greve geral, a emenda saiu melhor do que o soneto. Registra-se ainda a oposição de quase metade da Executiva nacional da Central.

Trabalhadores contra o Plano

O dia 12 deu importante contribuição para impulsionar a luta grevista contra o Plano Collor, o arrocho e o desemprego. no dia 15 de junho somavam quase dois milhões o número de trabalhadores parados. A batalha pela reposição salarial de cerca de 200% vem sendo o principal motor da insatisfação generalizada contra os três meses de governo.

Trata-se de um êxito importante essa grande disposição de combate que vem sendo demonstrada pelos operários (principalmente), assalariados de alguns setores de serviços e funcionários públicos. A ofensiva neoliberal que também se deu na Bolívia, Argentina e México, cujos planos de 'estabilização' tinham conteúdo muito semelhante, jogaram o movimento sindical no canto da parede por vários meses, no caso particular da Bolívia, demissões, o arrocho e a repressão, esfrangalharam a organização da COB.

Entretanto as derrotas sucessivas Collor no Congresso e no STF, a desmoralização da ministra Zélia ao reconhecer as perdas salariais, a subida rápida da inflação e mesmo a queda acelerada de popularidade do presidente da República nas pesquisas de opinião, não significa a perda completa da iniciativa do governo.

E por outro lado, a presença da orientação economicista da grande maioria do sindicalismo, que se cristaliza permanentemente na CUT, não permitem confundir a direção centralizada de uma campanha por reposição de perdas com um protesto político vigoroso (a greve geral) com amplo apoio de massas.

A CUT na armadilha

Se por um lado, acicatada pelo doutrinarianismo de esquerda, para o qual não existe correlação de forças - a CUT manifesta seus erros também 'pela direita'. Agora mesmo, foi ao governo de posse de 'informações' de que Collor suspenderia as demissões.

Além de já estar em curso um violento processo recessivo, onde só em São Paulo as demissões ultrapassam um milhão de trabalhadores, só a cegueira política, a ilusão pura, não daria conta da armadilha montada pelo governo. 'Armadilha protocolada' para utilizara CUT como bode expiatório de demissões em massa camicamente anunciadas nos dias de jogo da seleção brasileira em Turim. Manobras evidentes de um governo em dificuldades sérias para ter o beneplácito da oligarquia financeira internacional, que adiou a visita do FMI para o mês de julho, mês esse proposto por Zélia e Collor para o estancamento das greves e com 'congelamento de preços'.

A tarefa principal da CUT é *consequência política à insatisfação e luta dos trabalhadores*. Colocar na ordem do dia a preparação da greve geral contra o governo Collor e seu plano entreguista, de arrocho e desemprego. Buscar um amplo apoio democrático e nacionalista. Organizar politicamente e de maneira decidida os sindicatos de seu campo e os que se encontram fora dele. Aglutinar organizativamente as forças de combate do movimento operário. Preparar-se para radicalizar

CDM

*coordenador nacional CSC da CUT

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Operários tomam a Brastemp em SP

Os 6 mil metalúrgicos da Brastemp, em São Bernardo do Campo, viveram no último dia 14 uma experiência de luta que dá o que pensar.

É claro que lutas não faltam, nesse setor de ponta da classe operária brasileira que é a categoria metalúrgica de São Bernardo e Diadema. Ainda agora, diante do achatamento salarial e das ameaças de demissão provocados pelo Plano Collor, dezenas de fábricas vivem uma onda de greves.

Mas há lutas e lutas. Os companheiros da Ford, por exemplo, recorreram a uma forma de greve em que só a ferramentaria e a manutenção têm um papel ativo na paralização. Os demais operários páram simplesmente porque a fábrica não pode funcionar sem aqueles dois setores-chave. Argumenta-se que essa variante tem a vantagem de poupar o salário dos companheiros, o que é fato. Porém de outro lado a classe, enquanto tal, fica relegada a uma posição de expectadora. Enquanto que o exemplo da Brastemp é altamente educativo.

Em cima da hora

O clima na Brastemp já vinha se tornando cada vez mais pesado ao longo do ano. Desde janeiro, entre férias coletivas e licenças remuneradas, a fábrica ficou nada menos que 75 dias sem produzir. Corria a notícia de que haveria demissões. Algumas delas já haviam se efetivado, entre os mensalistas.

Havia também uma mobilização preventiva, batizada de "operação abelha" - uma versão da tartaruga, em que "uns fazem cera enquanto os outros voam".

Na manhã do dia 14, os operários que chegavam para o turno da manhã (que entra às 5:40 horas) foram surpreendidos com a notícia de que haveria mais uma interrupção de trabalho, por dez dias. Ao contrário das outras vezes, a em-



presa acertara tudo por debaixo dos panos, sem nem avisar o Sindicato. A ordem era voltar para casa e só retornar ao trabalho dia 25. Logo surgiu a suspeita de que o "facão" iria funcionar, em sua modalidade mais sorrateira, um simples telegrama enviado à residência do operário.

"Vai ter telegrama" - era o clamor geral.

Em questão de minutos, Gonçalo, diretor do Sindicato responsável pela empresa, interceptou um caminhão de som que ia para a Mercedes Benz e começou a denúncia na porta da Brastemp. A CIPA (não existe atualmente comissão de fábrica) e outros companheiros se consultavam quanto ao que fazer.

"Quem vai ser chefe?"

Surgiu então a idéia de entrar na

fábrica e tocar a produção, mesmo contra a vontade da empresa. Os gerentes, enrincheirados atrás de uma fileira de guardas, disseram que aquilo era inaceitável. Mas os metalúrgicos foram em passeata até outra entrada, arrombaram o Portão 2 e tomaram conta da fábrica.

Era uma experiência inédita, fazer a Brastemp funcionar sem chefia, sem gerência, apenas com a vontade dos operários.

Cada setor elegeu, ali mesmo, um "chefe" para coordenar o trabalho. Os homens da gerência haviam tentado uma sabotagem de última hora, entupindo as fechaduras dos armários de ferramentas, mas para tudo se dá um jeito e os armários foram abertos. Em pouco tempo começava a produção, em todos os setores da empresa.

"Eu digo para você que fique

emocionado de ver aquilo", conta Paulão, vice-presidente da CIPA. Quando entrou na Brastemp, em 1986, Paulão pôde comprar "de uma tacada só" um refrigerador, um fogão e uma máquina de lavar. Hoje, seu salário de mecânico de manutenção não dá para comprar a máquina de lavar. Mas no dia 14 ele e seus companheiros sentiram o saborzinho de comprovar na prática que a classe operária pode tomar conta da produção.

Uma vitória simbólica

Enquanto isso, houve até um gerente que se escondeu numa guarita de guarda, tamanho era seu medo. Depois de muita confabulação, a gerência chamou o Sindicato para negociar e ofereceu o compromisso solene de que não haveria nenhuma demissão, em troca da desocu-

pação da indústria.

A proposta foi levada a uma assembléia e aceita, mesmo porque o restaurante não estava funcionando e já passavam das 13 horas. Mas para coroar o protesto decidiu-se fazer uma passeata, junto com o pessoal do turno da tarde, que estava chegando, para contar ao povo da cidade o que acontecera na Brastemp.

E lá se foram pela avenida Marechal Deodoro, quase 5 mil metalúrgicos, muitos deles sem almoço, mas todos com um sorriso de triunfo nos lábios. Um dia, sonhavam muitos, a sociedade será assim, definitivamente, só com trabalhadores, sem classes parasitárias. Talvez não seja hoje, nem amanhã. Sem dúvida será bem mais cedo do que pensam os senhores monopolistas dos Estados Unidos e do Grupo Bradesco, donos atuais da Brastemp.

Em Manaus 40 mil cruzam os braços

A exemplo do que vem ocorrendo em todo o país, as greves também estão estourando no Amazonas. Em Manaus, mais de 40 mil trabalhadores cruzam os braços e protestam contra as perdas salariais promovidas pelo plano econômico do Governo Collor. As paralisações tiveram início em maio com as maiores empresas do Distrito Industrial como a Sharp, Philips, Semp, Basf e atingindo os portuários, petroleiros, urbanitários, coureiros, têxteis e servidores municipais da área de saúde e servidores da Universidade do Amazonas.

Os trabalhadores reclamam a reposição do IPC de março e abril que é de 84,32% e 44,08%, respectivamente. O acumulado total da perda é de 165,56%. Até agora, a maior vitória alcançada pelos grevis-

tas foi contra a empresa Sharp, quando o Tribunal Regional do Trabalho aprovou 56% de reposição salarial, pagamento dos 15 dias parados, garantia de 120 dias de salário, readmissão de 150 operários demitidos no período da greve e ainda nenhum tipo de punição aos grevistas. "A intransigência patronal e a firmeza por parte da categoria levaram o caso ao Poder Judiciário, culminando com a maior vitória nossa já obtida em nível nacional", argumentou Domingos Sales, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus e membro da Corrente Sindical Classista.

Para Domingos, a unidade e a disposição de luta dos trabalhadores têm sido os pontos fundamentais para o sucesso do movimento. Ele destacou que a greve do Distrito In-

dustrial é pacífica e teve cem por cento de adesão. O dirigente sindical reclamou ainda do comportamento de algumas frações políticas que não estão contribuindo para a unidade dos trabalhadores. "A Convergência e a Fase estão se posicionando publicamente contra o sindicato, dizendo que a categoria não confia na diretoria da entidade. Mas o curioso é que esses elementos que estão fazendo isso também fazem parte da diretoria do Sindicato", afirmou. Os vereadores João Pedro e Vanessa Grazziotin, além de Eron Bezerra, presidente do PCdoB, estão acompanhando diariamente o movimento dos trabalhadores.

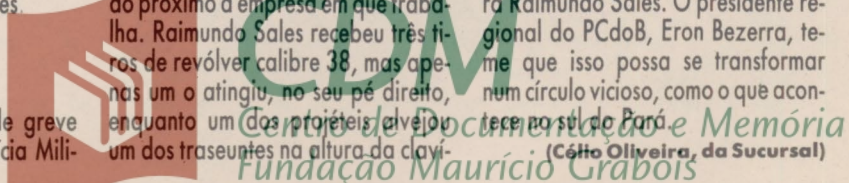
Violência

Durante o período de greve no Distrito Industrial, a Polícia Mili-

tar do Estado está sempre presente. As maiores cenas de violência registraram-se diante da Basf e da Sharp. No dia 14 de junho último, os operários foram intimidados pelas escopetas dos policiais, que chegaram a mirar em direção à multidão de trabalhadores. Nesse mesmo dia, a vereadora do PCdoB, Vanessa Grazziotin, foi espancada pelos policiais diante dos grevistas.

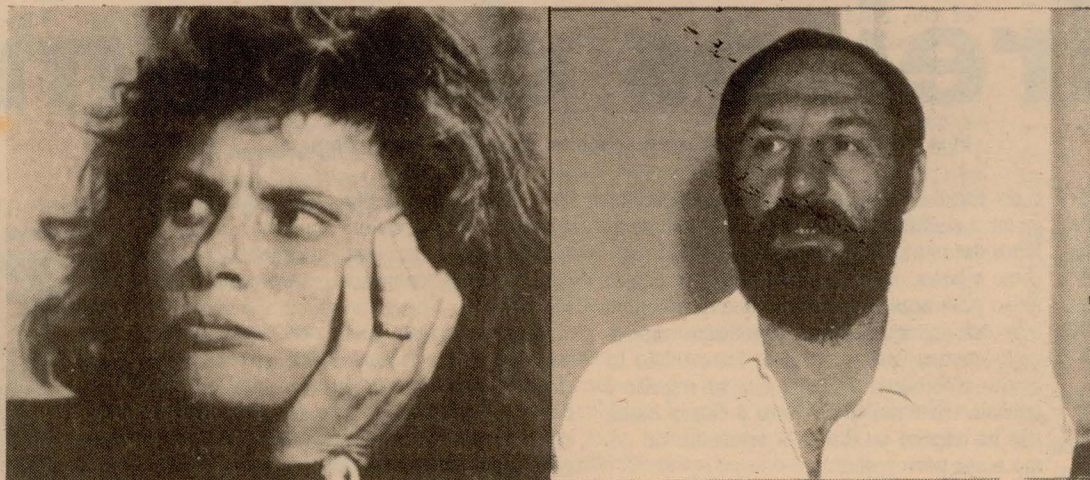
Uma semana depois, o diretor do Sindicato dos Têxteis e militante do PCdoB, Raimundo Sales, sofreu atentado a bala, quando aguardava a condução em um ponto situado próximo à empresa em que trabalha. Raimundo Sales recebeu três tiros de revólver calibre 38, mas apenas um o atingiu, no seu pé direito, enquanto um dos projéteis atingiu um dos traseiros na altura da clavi-

cula. Os tiros, segundo Raimundo Sales, foram disparados por um desconhecido que pilotava uma moto XL 125. Para ele, o atentado teve caráter político. Raimundo Sales é um dos líderes da greve na Fitejuta, onde é funcionário. O caso foi comunicado ao superintendente da Polícia Judiciária do Amazonas, Ilmar dos Santos Fria, que garantiu se empenhar para descobrir o mandante do crime. O vereador João Pedro, no mesmo dia, denunciou o fato na Câmara Municipal de Manaus e enviou telex ao Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, comunicando o caso e pedindo a garantia de vida para Raimundo Sales. O presidente regional do PCdoB, Eron Bezerra, teme que isso possa se transformar num círculo vicioso, como o que acontece no sul do Pará (Célio Oliveira, da Sucursal)



CUT desmascara a farsa do pacto

Os habituais exercícios de guerra do governo contra os trabalhadores sofreu novo abalo. A CUT não fechou acordo de trégua com os ministros de Collor. A Central Única quer a revogação retroativa de todas as demissões de servidores. A ministra Zélia Cardoso de Mello espelhou, durante a reunião, dia 18, a arrogância do governo Collor: "As demissões já realizadas são imexíveis", afirmou inspirada no ministro Magri.



Zélia interpretou seu papel, tentando golpear os trabalhadores, mas Jair já viu este filme

Além da questão crucial para os trabalhadores as demissões - a proposta de acordo preparada pela equipe econômica do governo previa: reposição das perdas salariais anteriores ao Plano; estabelecimento de uma política salarial com base na livre negociação e participação dos empregados no lucro das empresas.

O pomo da discórdia foi a formulação que o governo apresentou sobre a revisão das diretrizes da reforma

administrativa. O Palácio do Planalto admitiu suspensão das demissões no serviço público, mas somente a contar da assinatura do pretendido acordo tripartite.

Como era de se esperar, alguns presentes a reunião gostaram das propostas apresentadas por Zélia. Dentre eles, os pelegos Luiz Antonio Medeiros, da também chamada Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Para ele, empresários e governo, a viabilização de um pacto social agora revigora o Plano Collor, que não anda bem das pernas desde a derrota da Medida Provisória 190 na Justiça. Além disso, neutralizaria uma CUT co-responsável pelo tal

pacto e um Congresso comprovadamente imprevisível, dado o fisiologismo da maioria conservadora e em vias de aprovar uma nova lei salarial inviabilizando a livre negociação.

Caminho certo

Apesar das baterias de ataques da imprensa burguesa, do governo e do empresariado, acusando a CUT de intransigente, os fatos mostram que não é bem assim. A Central Única vem de uma recente e rica lição de protestos contra o caos collorido: a greve geral do dia 12 que não aconteceu. Advertida pela Corrente Sindical Classista (CSC) de que as condições

objetivas e subjetivas para a deflagração da greve ainda não eram satisfatórias, a direção nacional da central resolver manter a paralisação apenas mudando o seu caráter - greve dos setores já mobilizados - como foi chamado.

Recuar e adiar a greve para ampliar

a mobilização e organização das categorias pareceu incompreensível, a princípio, para alguns segmentos da CUT, como os renegados trotskistas, que a defendiam por tempo indeterminado, mas a decisão de uma executiva no fim das contas não deixou de ser um recuo quando abandonou a idéia da greve geral para o dia 12. E recuar em política não é vergonha. Não é quando se recua no momento certo e visando avançar, com estratégia - táticas estudadas à luz de uma orientação política proletária, de sindicalismo de classe.

A CUT passou por uma prova de fogo. Fez cair as pretensões de Collor e Zélia de consolidar a livre negociação dentro da atual conjuntura. Busca o caminho certo quando impõe ao governo, como condição para negociação, a prévia demonstração de suas intenções com medidas práticas em benefício dos trabalhadores. Com tal postura, aqui e ali vai deixando às claras a farsa das boas intenções do governo e de seus paus-mandados do sindicalismo barato, como o ministro do Trabalho, Antonio Magri e Luiz Medeiros.

Saúde vai mal em SP

Os servidores estaduais de São Paulo, da área de saúde, em greve desde o dia 12, rejeitaram em assembléia com mais de 3.000 trabalhadores, a proposta de reajuste salarial apresentada pelo secretário José Aristodemio Pinotti (veja tabela abaixo). Para os profissionais em greve, 80% dos 80 mil no estado, suas reivindicações são fundamentais: isonomia salarial com os Inamps, reposição das perdas salariais do governo Quêrcia - que giram em torno de 460% - e plano de carreira, além da anistia aos 86 demitidos. Algumas dessas bandeiras vêm desde a greve de novembro sem merecer a avaliação do governo.

Segundo a secretária geral do SindSaúde, Júlia Roland, o governo tem se mantido intransigente diante das reivindicações dos profissionais da saúde e conside-

ra sua proposta de aumento definitiva. Além disso, Quêrcia e Pinotti ameaçam os grevistas com medidas punitivas, caso persistam em continuar o movimento.

Eis a tabela comparativa da situação salarial dos servidores.

Diante de uma defasagem salarial tão aguda, da situação de sucateamento do setor de saúde e com 40% dos leitos da rede desativados, a greve caminha para a radicalização. "A disposição da categoria é de manter e ampliar a luta, que, aliás interessa não só aos profissionais de saúde reivindicando salários dignos, mas à população, que precisa ter garantido um melhor atendimento e, no entanto, vem sendo penalizada diante do descaso do governo estadual com a questão da saúde", comentou Júlia Roland.

Categoria	Sec. Est. da Saúde	INAMPS	Proposta do governo
Servente	9.213,00	40.265,00	12.461,29
Atendente	9.708,00	40.265,00	13.124,98
Escriturário	10.819,00	51.389,00	14.627,83
Aux. Enfermagem	12.263,00	51.389,00	16.640,11
Enfermeiro	22.389,00	84.811,00	33.190,83
Médico - 20bs*	20.048,00**	74.717,00	32.854,11

* As outras funções cumprem 40 horas semanais. Reivindicam 30 hs.

** Salário base mais a gratificação de 90 DS, os salários acima de 200 DS e 1/3 de férias.

Greves em Cachoeiro do Itapemirim

Operários de duas das maiores empresas de Cachoeiro de Itapemirim (ES) entraram em greve, exigindo a reposição de suas perdas salariais e protestando contra o maléfico plano Collor. Dia 6, os três mil metalúrgicos da viação Itapemirim, maior empresa de transporte rodoviário da América Latina, cruzaram os braços e enfrentaram o capitalista Camilo Cola até dia 18, conquistando 66,4% de reposição, através de acordo no TRT-RJ.

Dia 11, foi a vez dos trabalhadores da Calçados Itapuã, mais 14 indústrias de calçados do país, paralisar a produção, reivindicando seus 166% de salário, perdidos neste meses do plano Collor. Até o fechamento desta edição, os 800 operários mantinham a greve, tendo rejeitado a contra-proposta de 35% do empresário Severino Mathias de Souza.

Em ambas as empresas, foi a primeira vez que os salários desafiaram a força do capital. Na Calçados Itapuã, os tra-

balhadores - mulheres, em sua maioria -, indignados, denunciam a falta de condições dignas de trabalho. Alguns compararam a empresa a um campo de concentração, onde exige-se produção cada vez mais elevada, em troca de salários "miseráveis", em média Cr\$ 5 mil.

Segundo Eliane de Souza, da Comissão de Greve, na Itapuã "trabalha-se sem qualquer segurança, freqüentemente operários têm os dedos e outros membros mutilados e fica por isso mesmo, lida-se com produtos tóxicos e não se paga nenhum adicional".

Já Jurandir Pereira, também da Comissão, ressalta que os "sapateiros acordaram, após tantos anos de exploração brutal, e mostraram pro patrão que não são máquina. A greve vai rolar até a Itapuã ceder o que temos direito, e já temos uma grande vitória: os colegas se conscientizaram da necessidade de organizar o Sindicato".

Na Viação Itapemirim - onde é montada parte de seus

ônibus - o que mais indignou os metalúrgicos foi a elevada defasagem salarial, de 184%, e a intransigência do empresário Camilo Cota, que chegou a contrapor 50% e depois retirou 10%, o que a categoria considerou uma provocação e resolveu manter-se parada até a sessão de conciliação no TRT, obtendo 66,45% de reposição salarial.

Na opinião de Avides Coelho de Amorim, que trabalha há 33 anos na empresa, "a greve nasceu da conscientização crescente dos trabalhadores, que vão ser mais respeitados, porque arrocho salarial tem limite".

Apesar do índice conquistado não ser satisfatório, o secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, Mizael Matias Neto, considerou a greve vitoriosa, "uniu toda a categoria e vamos continuar lutando pela diferença que restou e pela estabilidade no emprego".

Almir Forte, vereador do PCdoB e colaborador da Classe.

José Antonio Egido Sigenza

A Espanha não respeita os direitos do homem

Por Antonio Martins e Umberto Martins

Convidado ao 7º Encontro do PT, realizado em São Paulo, José Antonio Egido Sigenza, dirigente da organização basca "Herri Batasuna" (Unidade Popular), esteve há poucos dias em nosso país. Na ocasião, visitou a sede nacional do PCdoB e concedeu esta entrevista à Classe Operária.

Classe: Gostaria que você explicasse um pouco da origem, inclusive étnica, do país basco, suas relações com o regime monárquico e principais reivindicações.

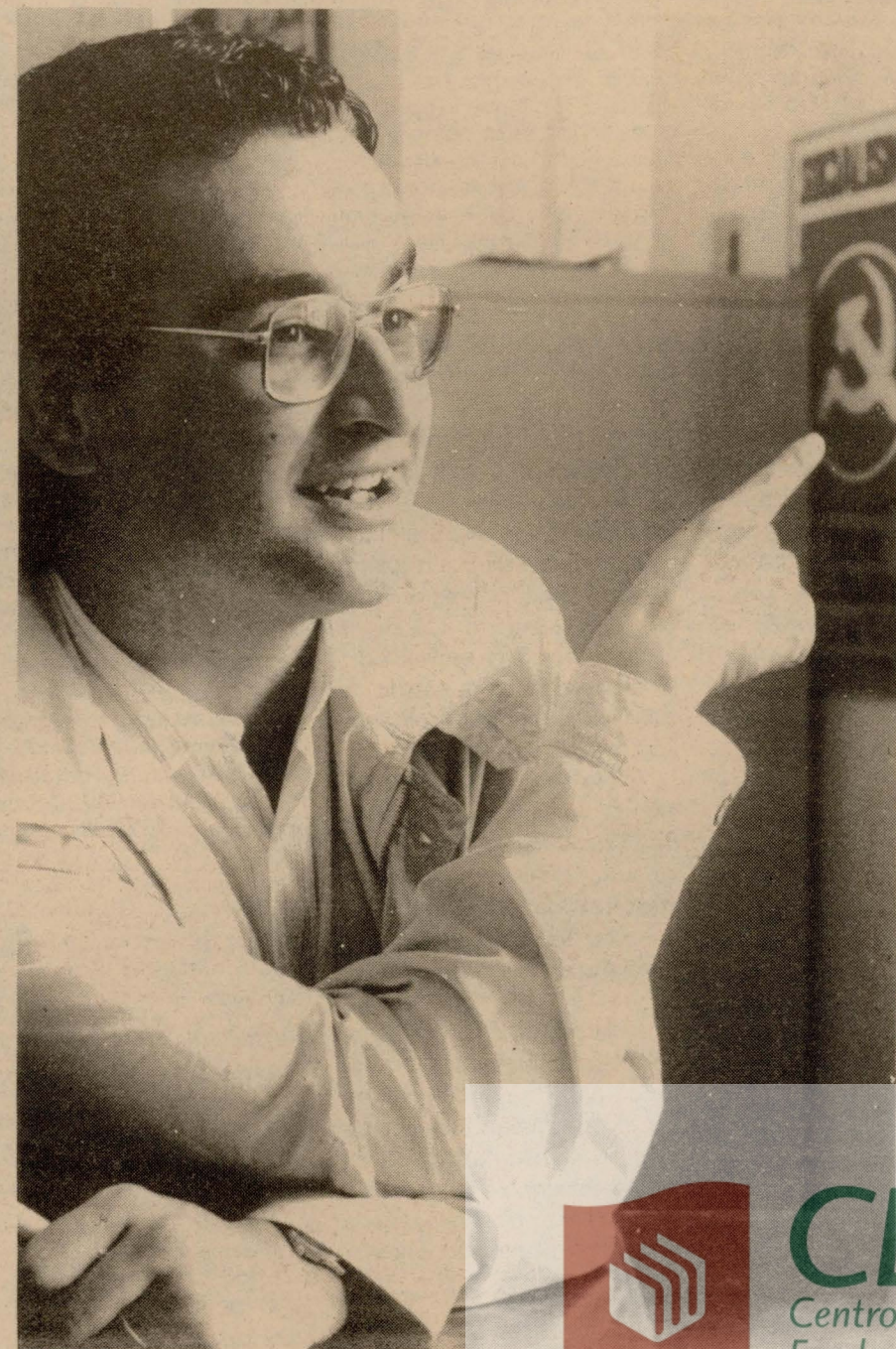
José Antonio: Tentarei expor sinteticamente. A história do povo espanhol é uma história plurinacional e sua formação vem no leito de um projeto agressivo, imperialista, dos reinos de Castela e de Aragão, há cerca de 500 anos. Estes reinos expandem-se sobre os reinos muçulmanos, sobre o reino basco de Navarra, que existiu na era medieval, também sobre o reino catalão e têm o intento ainda de dominar Portugal. Deu-se neste período também a expansão extrapeninsular, para a América, Filipinas, norte de Marrocos.

O povo basco não pertence ao tronco comum indo-europeu a que pertence a imensa maioria das nacionalidades e línguas européias, latinas ou anglo-saxãs. É um povo que quer preservar sua independência ao longo de muitos séculos e cujas origens étnicas perderam-se na noite dos tempos e são motivo de grandes polêmicas entre antropólogos, arqueólogos e historiadores. Porém, o que nos importa é que se trata de um povo com características próprias, com uma identidade absolutamente própria, que se reflete sobre tudo em sua língua diferenciada, em suas tradições diferenciadas e que está muito apegado à sua identidade nacional. É um povo que tem sofrido historicamente uma grande pressão dos governos espanhóis e também do Estado francês, muito centralista. Cabe destacar que o povo basco, neste século, durante a Segunda República, conseguiu uma autonomia bastante ampla. Entretanto, a guerra deflagrada pelo general Franco e pelos setores mais reacionários da Espanha liquidou com esta autonomia: 1939 é o momento mais negro de toda a vida milenar do povo basco. O fascismo decreta que o povo basco é traidor - do fascismo - e a língua basca, a história basca e a identidade basca, devem ser varridas do mapa, impondo uma transformação muito homogênea do Estado-nação espanhol. Portanto, o franquismo, ao negar a identidade nacional, leva nosso povo a conduzir de uma maneira muito rigorosa a luta em defesa da identidade nacional. Isto exige o recurso à violência, à luta armada e explica o ETA, a primeira organização basca a lutar pela libertação nacional, surgida em meio ao derramamento de sangue do povo basco, que foi vertido pelo fascismo. Nos bombardeios às regiões bascas e durante a guerra perdemos 50 mil. Toda a intelectualidade basca, assim como as instituições nacionais, foram aniquiladas. Então, nós tivemos que recuperar nossa história e enfrentar uma situação de extrema opressão nacional.

A morte de Franco não solucionou de forma satisfatória o problema democrático e nacional. A nova Constituição espanhola, que contou com o apoio do Partido Comunista Espanhol (*)

e do Partido Social-Democrata, nega flagrantemente a realidade plurinacional do país e os direitos das outras nacionalidades que o integram, como a basca, a canária e a catalã. Por isto, o nosso povo segue na luta para obter o direito à livre determinação, contra a unificação monárquica imposta após a morte de Franco. Não há direito à autodeterminação, nem há respeito à unidade territorial basca, nem à língua basca, não há respeito ao direito à autonomia tal como nosso povo requer.

Classe: Você poderia detalhar um pouco mais os problemas da nacionalidade basca em sua relação com o estado monárquico, principalmente no campo político e econômico?



José Antonio: Nos tempos do franquismo havia unicamente repressão. Depois das reformas vemos uma política combinada, que segue praticando a repressão, a violação dos direitos humanos, a ocupação militar e policial, mas a conjuga com uma política de concessões, como a legalização da bandeira basca, a não-proibição da língua basca, uma certa autonomia que é uma descentralização administrativa, que não significa a satisfação plena de nossas reivindicações, mas procura nos privar da autodeterminação. Nós criticamos esta autonomia que, em primeiro lugar, divide o país basco do Sul em duas partes e que exclui do país basco uma província muito importante. Em segundo lugar, se cria um sistema educativo público que não contempla o interesse basco, se cria uma divisão do ensino em A, B, C e D, em que unicamente no último caso, no D, se ensina completamente em

língua basca. Isso agrava a realidade de que somente uma minoria do povo basco fala a própria língua - 80% do povo basco não fala a nossa língua, que foi terrivelmente discriminada nas últimas décadas. Trata-se de uma política que visa manter a discriminação, prosseguindo num rumo de agressão cultural e linguística sobre o nosso povo, de forma que estamos retrocedendo. Então, em relação à língua, o governo espanhol quer confinar os bascos a uma região, a exemplo do que faziam os americanos com os índios. Somente no Norte se pode falar a língua basca, numa região em que é muito mais fácil aprender inglês ou francês. A questão da autonomia, na Constituição espanhola, está limitada unicamente ao reconhecimento da autonomia espanhola, não como uma realidade plurinacional; portanto é muito limitada. Uma profunda aspiração de nosso povo é a criação de uma polícia basca e que seja definitivamente retirada do nosso país a força espanhola, a guarda civil, que é uma força odiada por nosso povo, uma força repressiva tirânica, que provém do franquismo.

Classe: E do ponto de vista econômico, quais são as relações entre os bascos e os espanhóis?

José Antonio: Somos totalmente dependentes da economia espanhola. A moeda é comum, há um mercado único e não há, de maneira nenhuma, autonomia econômica. Também questões importantes no terreno social, fiscal, além do monetário, são determinadas pelo governo espanhol. A autonomia que reivindicamos prevê atribuições suficientes para o governo basco no terreno econômico e social para se relacionar em pé de igualdade com o resto da comunidade européia. A Espanha determinou sua entrada na Comunidade Comum Européia sem consultar nosso povo, sem se importar em saber se os bascos queriam ou não, sem considerar se seria interessante para a indústria basca, para a agricultura basca, para a pesca basca, assim como ocorreu para a integração na OTAN, uma aliança militar imperialista que nosso povo repele energeticamente, como ficou comprovado com o referendo em que 800 mil bascos se revelaram contrários à OTAN. Nós queremos ter perspectivas de comércio com outros países, com vizinhos do Estado espanhol. Temos uma indústria de máquinas-ferramentas bastante desenvolvida. Desejamos que nossa economia responda aos interesses do povo basco e não estamos falando da defesa de privilégios, porque também somos conscientes de que há uma relação econômica muito desigual entre o Primeiro Mundo, que beneficia esses povos do Primeiro Mundo - como é o nosso - e também somos partidários de contemplar uma relação muito mais equitativa no terreno econômico internacional.

Classe: Há grandes diferenças entre as condições de vida do povo basco e as condições de vida do conjunto do povo espanhol?

José Antonio: Bom, historicamente o povo basco ocupa uma região que mostrou um desenvolvimento industrial relativamente maior do que o conjunto da Espanha, com con-



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

dições melhores de vida. O Sul da Espanha era mais oprimido. Mas a crise dos anos 70 e 80 atingiu mais duramente o povo basco do que as outras nacionalidades, inclusive aquelas que contavam com um desenvolvimento econômico menor. Nas províncias industriais a taxa de desemprego elevou-se mais, e tornou-se maior que nas outras províncias espanholas - e a Espanha pos-



sui uma taxa de desemprego maior que os outros países que compõem a Comunidade Econômica Européia. Em algumas zonas, a população basca sofre privações particularmente difíceis, inclusive no terreno vital, ecológico. A zona mais contaminada de toda a Europa capitalista, conforme se diz, está na Alemanha Oriental, porém a imprensa não diz que o capitalismo no país basco é um completo desastre ecológico, o que acarreta até uma grande mortalidade na população, que é maior que no resto da Espanha.

Classe: Fale um pouco sobre a história de sua organização "Herri Batasuna" (Unidade Popular) e suas reivindicações.

José Antonio: A orientação da Unidade Popular se integra em uma ampla luta de resistência democrática e antifascista que conduzimos contra a ditadura franquista e também nas importantes lutas que travamos a partir de 1970, quando têm lugar enormes movimentos de massa contra o franquismo, enfrentamentos, greves gerais. Tudo isto conduziu a que a corrente que une a luta pelo socialismo com a luta pela libertação nacional ganhasse uma importância e uma dimensão de massas. Em 1978, surgiu a Unidade Popular, em primeiro lugar como coalizão de vários partidos, marxistas e revolucionários. Pouco a pouco, a agremiação adquiriu caráter de frente de massas, superando o caráter inicial da coalizão. Hoje, é a principal força de esquerda no país basco e a força revolucionária mais significativa no conjunto do Estado espanhol, com uma presença institucional importante - quatro deputados e três senadores no parlamento espanhol e com uma presença municipal significativa - 31 alcaides ou prefeitos, e 800 vereadores, uma presença também importante no parlamento espanhol e um deputado ao parlamento europeu.

Nós tentamos combinar a luta política com as questões de interesse popular, a luta de massas - que para nós é elemento fundamental de mobilização da sociedade - e para definir a sociedade democrática pela qual lutamos. Não pensamos que a delegação em partidos políticos durante as eleições é o coroamento da democracia, para nós é muito importante a participação direta dos movimentos populares na articulação social, tanto no âmbito municipal como em todas as questões da vida da nação basca. Nossas principais reivindicações políticas hoje são: a anistia dos presos políticos bascos - 500 presos políticos em situação muito difícil; a retirada das forças policiais espanholas do território basco e uma autonomia que supere os atuais mar-

cos admitidos pelo governo espanhol e que contemple a livre determinação de nosso povo, respeito à cultura basca, à unidade territorial basca, por maiores atribuições políticas e controle das forças militares espanholas por um governo nacional basco. Acreditamos que a única maneira de conseguir isto é a luta através do método de uma negociação política entre a nação basca e o governo espanhol. Uma negociação de igual para igual. Houve no ano passado uma importante negociação política na Argélia que se frustrou, houve boicotes dos setores mais reacionários da sociedade espanhola, recrudescendo de maneira violenta o processo repressivo de um lado e a luta armada revolucionária de outro.

Classe: Qual a relação entre o "Herri Batasuna" e o ETA?

José Antonio: O ETA é uma organização eminentemente política, que pratica a luta armada, apesar de que o governo espanhol tente divulgar a imagem de que se trata de um pessoal terrorista, bandido, animalesco. O governo espanhol se recusa a reconhecer explicitamente este caráter político do ETA, buscando sempre impor a imagem de que é uma organização de delinquentes.

Nós compartilhamos com o ETA a visão política, porém não temos nenhum tipo de organização armada. Há na verdade um esforço do Estado espanhol para acabar conosco através da criminalização de nossa luta. O objetivo é nos destruir, nos desprestigiar e justificar uma política agressiva que, por exemplo, culminou com o atentado gravíssimo contra nossos deputados em outubro do ano passado. Sofremos muita repressão do aparelho do Estado, porém também uma agressão gravíssima da imprensa espa-



nhola, que nos quer levar ao isolamento e à derrota no campo eleitoral, assim como privar-nos da base de massa.

Classe: Qual é esta base eleitoral e esta base de massa no conjunto da população basca?

José Antonio: Em 1988, a partir de nossa penetração junto às massas, tivemos uma resposta eleitoral muito importante, de forma que em minha província somos a primeira força política, temos uma força muito grande a nível municipal, representamos 17% do eleitorado basco, o que representa mais de 200 mil bascos, sendo um força muito expressiva, inclusive com apoio de espanhóis solidários com a luta do povo basco. Nas eleições para o parlamento europeu, onde toda a Espanha foi um único distrito eleitoral, dezenas de milhares de trabalhadores espanhóis não-bascos nos apoiaram, deram um voto solidário, internacionalista em apoio à nossa luta.

Classe: Quais as outras forças que participam da luta pela

autonomia basca e quais classes estão nela envolvidas?

José Antonio: Nosso povo tem uma dupla estruturação, uma estruturação de classes e uma estruturação nacional. A estrutura social é capitalista, com muitos operários imigrantes. Temos uma classe operária basca, uma burguesia basca e também uma classe operária e classes médias espanholas. Então, a massa que luta pela autonomia é basicamente formada de trabalhadores e populares, entendendo aí os camponeses, pequenos comerciantes, funcionários, empregados, setores da intelectualidade, desempregados etc. O partido mais representativo das camadas populares é o nosso, o "Herri Batasuna". Existem também as camadas burguesas e pequenas burguesas que se identificam com o nacionalismo burguês, e este têm seus partidos políticos, como a democracia cristã, o partido nacionalista basco e outros do centro e centro-esquerda. O nacionalismo burguês promove uma política de colaboração com o governo espanhol. Há outra força política importante que se intitula o Partido Socialista Operário Espanhol, que no passado foi um partido de esquerda, social-democrata, e que agora é um partido defensor da atual ordem, demagógico, de direita, é um partido que se rendeu aos interesses da oligarquia espanhola, tem um certo apelo popular e força eleitoral, porém defende os interesses espanhóis, alegando que a luta a se travar é de toda a Espanha e não apenas do povo basco.

Classe: Qual é a avaliação que vocês fazem acerca da situação política e econômica da Espanha?

José Antonio: Há na Espanha uma situação de bonança, de prosperidade para o grande capital, especialmente para os transnacionais, que vem acompanhada por um aumento claríssimo das desigualdades sociais, em que cresce uma ampla camada de "quarto mundo" - muita pobreza, desempregados sem proteção social, que não têm como incorporar-se ao mercado de trabalho, ou que vivem na dependência de trabalhos ocasionais. Os trabalhadores são vitimados constantemente por demissões e não contam com qualquer estabilidade no emprego, há um mercado de trabalho formado por mão-de-obra imigrante, que forma também um grande setor marginalizado, milhares e milhares de pessoas que têm um grande problema de subsistência. Dificuldades para obter habitação, cujos preços estão caríssimos. Os empregos fixos tendem a desaparecer, 95% dos contratos em nosso país são contratos de trabalho provisório, ocasional, de três meses, de seis meses, criando uma grande angústia para os assalariados. O povo está sendo castigado por uma política do governo Gonzales totalmente subordinado às orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI).

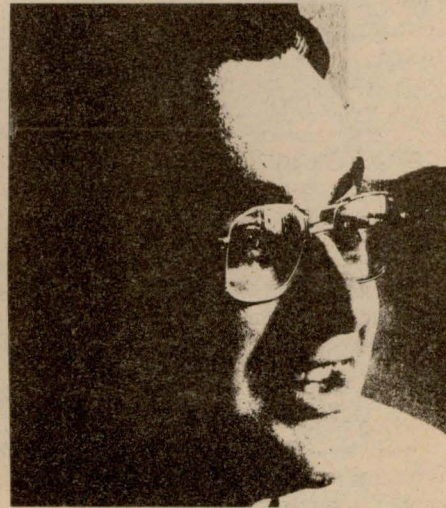
Classe: E as relações do "Herri Batasuna" com outras forças políticas progressistas da Espanha?

José Antonio: Temos nos beneficiado da solidariedade das forças nacionalistas revolucionárias do Estado espanhol, particularmente na Galícia, Catalunha, Canárias, e também de organizações como a Liga Comunista, o Partido Comunista Marxista-Leninista. Temos a solidariedade dessas forças que têm evitado o isolamento da luta do povo basco tal como pretende o governo espanhol. Nos interessa muito assegurar uma relação fraterna com os setores mais avançados do povo, assim como o conjunto do povo.

Classe: Como vocês estão vendo esses últimos acontecimentos na União Soviética e no Leste europeu?

José Antonio: É um processo aple-

rado que surpreende a todas as forças políticas do mundo. Nós estamos preocupados e somos contrários a uma restauração do capitalismo em países como a Polônia, Alemanha Oriental, Hungria, porque o capital transnacional vem tentando adquirir as economias desses países e isto será um golpe na independência desses países. Nos preocupa também o crescimento de tendências de direita e as crises a que chegaram as burocracias desses países, a ponto que hoje os trabalhadores daqueles países identificam socialismo com burocracia. Porém, estamos convencidos de que a aplicação de medidas capitalistas levará os trabalhadores à ponderação de que não existe paraíso capitalista e de que o capitalismo significa explorar ao máximo a mão-de-obra, as classes trabalhadoras, em benefício de uma minoria. E quando descobrirem que não terão direito à habitação, direito ao trabalho, à educação, à alimentação, ao transporte e estarão sujeitos a uma grande desigualdade social, à exploração, ao racismo, estamos convencidos de que os povos se verão diante da obrigação de fazer suas revoluções com seu próprio esforço. E, portanto, será superado este momento de confusão, de frustração e crise. Estamos convencidos de que surgirão forças avançadas e, uma vez constatado que a crise é a crise de um modelo burocrático, saberão construir uma nova sociedade socialista numa nova etapa, mais livre, mais criativa, mais progressista. O imperialismo se equivo-



ca se considera que a história terminou e que o capitalismo triunfou para sempre.

Classe: Há alguma coisa a mais que você gostaria de falar?

José Antonio: O que nos preocupa muito é a questão dos direitos humanos. Cobramos muito o respeito aos direitos humanos na China, na URSS e em determinados países, mas não se divulga muito a situação da Espanha. No entanto, o governo espanhol está violando flagrantemente direitos humanos elementares do povo basco. Em primeiro lugar, pela tortura, praticada de maneira rotineira e descarada pelas forças policiais espanholas. Em segundo lugar, pela criação de comandos para-policiais que praticam o terrorismo. Há, por exemplo, uma organização terrorista que foi financiada pela polícia espanhola e há pouco tempo assassinou 30 bascos. Em terceiro lugar, porque estão piorando flagrantemente as condições e o respeito aos direitos humanos dos presos políticos bascos, submetidos a uma situação gravíssima, que nos preocupa muito, nos cárceres espanhóis. Queremos denunciar isto e pedir a solidariedade daqueles que se preocupam com os direitos humanos porque a imprensa internacional parece ignorar a situação dos direitos humanos na própria Europa capitalista.

Classe: Como vocês estão vendo esses últimos acontecimentos na União Soviética e no Leste europeu?

José Antonio: É um processo aple-

Pacote contra a ecologia

Revilson Robi Brito*

No Dia Mundial do Meio Ambiente Collor adota conjunto de medidas demagógicas e entreguistas, e põe em risco a natureza e a soberania nacional.

Durante a Semana do Meio Ambiente, o presidente Fernando Collor preparou mais uma de suas jogadas de cena. Acampou no Pantanal Matogrossense, onde queimou drogas apreendidas pela Polícia Federal e fez um discurso sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente. A área ecológica tem sido de especial atenção para as ações demagógicas do presidente. Começou com a indicação do Sr. Lutzeberg para a SEMA e tem prosseguido durante todo esse primeiro período de governo. Tão larga atenção para essa área é compreensível, já que é conhecida a crescente preocupação popular acerca da preservação e, principalmente, porque o presidente procura aparecer para o mundo como defensor do Meio Ambiente. Por isso, preparou-se todo um arsenal de propaganda para o Pantanal, para que o presidente apresentasse o que vinha sendo chamado de "Pacote Ambiental", ou seja, um conjunto de medidas sobre a situação do meio ambiente no país. Quem esperava porém algo concreto acabou se decepcionando. O discurso e as medidas não passavam de floreações acerca do tema.

Presidente do IBAMA admite: não há fiscais para "reservas ecológicas"

Além de formar uma comissão interministerial, que se constitui em pouca novidade, o presidente assinou documentos definindo mais cinco áreas de reserva ecológica. Acontece que essas medidas caem no vazio, pois no dia anterior o diretor do IBAMA, órgão responsável pela demarcação e defesa dessas áreas, afirmava que seu órgão ia restringir a ação à Amazônia, em função da ausência de recursos materiais e humanos. Segundo o diretor do IBAMA, José Carlos Carvalho, ao órgão cabe dirigir 150 unidades de preservação, responsáveis por um total de cerca de 30 milhões de hectares. O órgão

conta com o "vasto" contingente de mil homens para realizar essa fiscalização, o que representa cerca de 30 mil hectares por fiscal. Como se vê, pouco adianta definir novas áreas, como fez o presidente, se sequer as já existentes contam realmente com proteção.

Das medidas e do discurso, há no entanto uma afirmação que precisa da atenção redobrada das forças progressistas.

Um jogada que atenta frontalmente contra a soberania nacional

Ladeado pelo Sr. Lutzeberg, o presidente afirmou sua disposição de promover a conversão da dívida externa para fins "ecológicos". Tal proposta ganhou força nos últimos anos. Algumas experiências já foram realizadas na Costa Rica, Equador, Zâmbia, Madagascar e Bolívia, entre outros. No geral, essa conversão é claramente uma barganha com a soberania do país no tratamento e na responsabilidade de suas áreas. Essas conversões pouco mexem no volume da dívida, porque seus valores são sempre muito reduzidos. No entanto, subordinam ao "doador" reservas de vastas áreas. Exemplo disso foi a conversão realizada pela Bo-

livia, que com US\$ 650 mil em títulos, resultou na criação da Reserva de Beni, com quinze mil quilômetros quadrados, subordinada ao controle dos "bons doadores". O próprio embaixador da Bolívia nos EUA comentou na cerimônia da assinatura do acordo: "Se aparecer alguém com US\$ 4 bilhões a gente pode dar metade do país", uma piadinha profundamente verdadeira. Ao afirmar a disposição de realizar a chamada conversão ecológica, abre caminho para mais uma forma ostensiva de intervenção do capital estrangeiro no território nacional e, em especial, na Amazônia.

Aplauso entusiasmado do Banco Mundial apenas faz temer pelo pior

O Banco Mundial, que nos últimos tempos tem se afirmado defensor do meio ambiente, tentando se livrar da triste herança dos financiamentos que realizou na ampla devastação no nosso país e em outros, vem gostando da postura do Sr. Collor, como não poderia deixar de ser. Essa afirmação de agrado foi feita pelo diretor do departamento do BIRD encarregado do Brasil, Armeane Choksi, que disse que o Banco Mun-

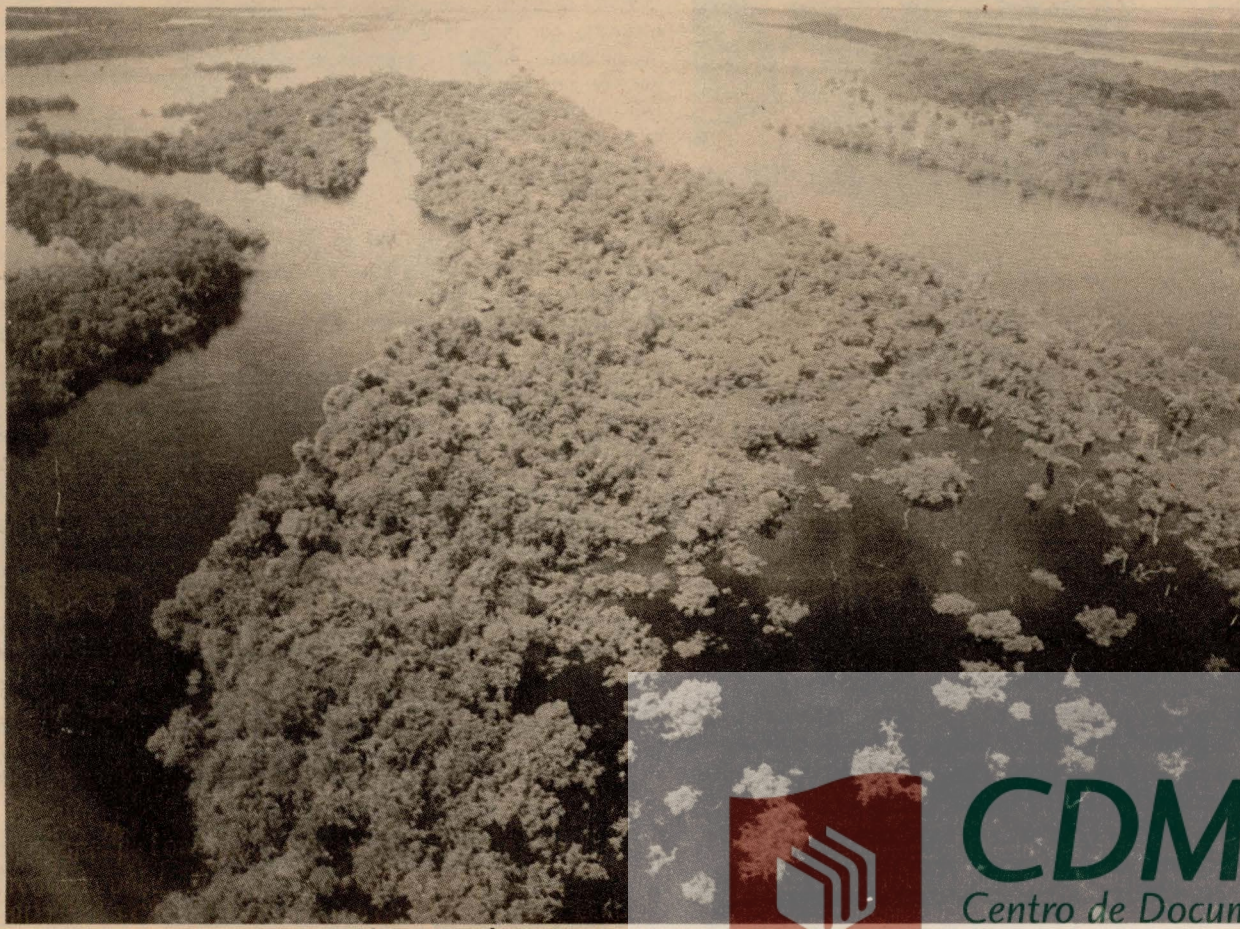
dial está vendo no novo governo brasileiro uma postura muito coerente e por isso está disposto a ajudar. A declaração sobre a conversão e esses elogios do Banco Mundial são exemplos claros de que maus tempos se apresentam para nosso meio ambiente.

Capítulo especial nessa ofensiva do capital estrangeiro e no entreguismo do governo Collor é a Amazônia. O governo Sarney enfrentou em seus últimos dias pressões internacionais de toda ordem em função da devastação daquela região. Tirando o que realmente era de apoio e boa intenção, boa parte dessas pressões foram feitas pelos monopólios internacionais, com o intuito de novamente trazer à tona a proposição de internacionalização da região, que outra coisa não é senão o aprofundamento de sua presença na exploração das riquezas amazônicas. O governo Collor, pelo seu projeto geral de internacionalização da economia, tende a ser o tão esperado porteiro para os grandes grupos estrangeiros se apropriarem ainda mais das riquezas da Amazônia brasileira. A esta região o novo governo fez reafirmar o Projeto Calha Norte, de caráter militarista e devastador, e explodiu algumas pistas de pouso clandestinas.

Porta de entrada para o capital estrangeiro na região amazônica

Sabe-se, no entanto, que uma das principais batalhas desse governo vai ser a de derrubar no novo Congresso Nacional - a ser eleito em 3 outubro - a definição constitucional que estabelece o prazo máximo de cinco anos para a completa nacionalização do subsolo. Isso fora a política de dizimar as comunidades indígenas e construir quantas hidrelétricas forem necessárias para criar base à exploração multinacional. Essas são só algumas das manobras em curso contra nosso meio ambiente e em especial contra a Amazônia.

Por outro lado, a semana do meio ambiente trouxe à tona a disposição e preocupação de grande parcela da população com suas condições de vida, fato que ficou claro em diversas ações a nível do país. Cada dia mais a luta ecológica se apresenta como espaço de denúncia do caráter devastador e pernicioso desse sistema. Fica evidente a necessidade de os setores revolucionários interferirem nessa luta, para auxiliar na sua ampliação e politização. Chama atenção especial a necessidade de desmascarmos o caráter demagógico com que esse governo vem tratando a ecologia, e a denúncia mais incisiva de sua disposição destruidora e entreguista. Carece também reorganizar rapidamente o Movimento em Defesa da Amazônia (MDA) e a ele conferir expressão nacional e caráter amplo. Os maus tempos que se apresentam para o meio ambiente só poderão ser combatidos com a organização e ação popular. Nesse sentido, a juventude já vem tomando iniciativas como a da campanha "Jovens Curupiras", promovida pela União da Juventude Socialista.



Amazônia: presidente quer devastar a floresta e entregar riquezas minerais



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Presidente da União da Juventude Socialista (UJS) e estudioso das questões ecológicas

Haroldo Lima ataca "estado de guerra" na Amazônia

O líder do PCdoB na Câmara dos Deputados condena os setores empenhados em militarizar as questões amazônicas, defende os movimentos pela preservação da floresta e mostra que as verdadeiras ameaças de internacionalizar a região partem das multinacionais e da política econômica imposta ao país pelo governo Collor.

A Escola Superior de Guerra (ESG) pretende apoiar-se na Doutrina da Segurança Nacional, que forneceu as bases teóricas do golpe militar de 1964, para propor que o Estado brasileiro empregue "recursos de guerra" na Amazônia. Esta ação visa atingir essencialmente as nações indígenas, já submetidas a intensos ataques e pressões, e as entidades que se empenham em impedir a devastação da floresta amazônica. Enquanto ataca índios e ecologistas, a ESG fecha os olhos diante das verdadeiras ameaças à internacionalização da área, que têm origem no grande capital externo e na política que o governo Collor desenvolve a seu favor. Este é o conteúdo do alerta lançado no último dia 30 de maio pelo deputado Haroldo Lima, líder do PCdoB, em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados.

O pronunciamento de Haroldo teve endereço certo. Na véspera o jornal "Folha de S.Paulo" havia revelado a existência de um documento reservado da Escola Superior de Guerra a respeito dos problemas amazônicos. A pretexto de enfrentar a cobiça de grupos estrangeiros sobre a região, o texto propunha na verdade a intervenção direta das Forças Armadas na Amazônia, lançando mão inclusive do "recurso de guerra", até mesmo contra os setores interessados em promover a defesa e a preservação da cultura indígena.

Articulação de direita

As opiniões da ESG sobre a Amazônia, como ficou esclarecido em seguida, eram parte de um documento mais amplo, intitulado "Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001". Por sua vez, este outro texto era a expressão de uma ampla articulação política, que envolvia setores importantes do empresariado e das Forças Armadas e que, segundo admitira alguns dias antes o jornal "Correio Brasiliense", pode ter tido influência decisiva na definição



Índios: para a ESG são eles que ameaçam nossa soberania, não as multinacionais

das principais medidas políticas e econômicas adotadas pelo governo Collor.

A história começa em 1987, segundo revelou o "Correio Brasiliense" em sua edição de 4/5. Neste ano

o então subcomandante da ESG, general Oswaldo Muniz Oliva, foi sondado por empresários paulistas que desejavam uma aproximação com a Escola, e queriam desfazer entre seus colegas a idéia de que o pensa-

mento dominante entre os militares incluía idéias estatizantes.

Oliva incentivou o prosseguimento deste primeiro contato. Em 88, ele assumiria a presidência da ESG, e em junho deste mesmo ano

"Ameaça vem do governo Collor"

Abaixo, os trechos mais importantes do discurso de Haroldo:

Na edição de ontem do jornal "Folha de S.Paulo", em matéria intitulada "ESG admite recurso de guerra na Amazônia", tomamos conhecimento, com preocupação, da existência de documento da Escola Superior de Guerra, denominado "Estrutura do poder nacional para o ano 2001". Em seu capítulo "Políticas e estratégias para a Amazônia", o documento analisa os obstáculos à conquista e à manutenção dos chamados Objetivos Nacionais Permanentes (ONP).

Segundo este documento, existiriam óbices à consecução desses objetivos, dentre os quais relaciona a existência de "MUITAS ÁREAS INDÍGENAS" e a possibilidade de instauração de "GOVERNO PRÓPRIO EM ÁREAS INDÍGENAS" e "ATIVISMO PRESERVACIONISTA".

Analisando estes obstáculos, a ESG pretende demonstrar que eles podem, dependendo de sua força e penetração, qualificar-se como pressões que devem ser afastadas. Para a superação dessas pressões, a ESG acena com a possibilidade do Estado utilizar o "recurso de Guerra".

O conteúdo deste estudo da Escola Superior de Guerra é baseado integralmente na antiga Doutrina de Segurança Nacional, que visa identificar

inimigos internos e externos à consecução dos interesses das classes dominantes brasileiras, aliadas ao capital estrangeiro. (...)

Na verdade, pesam ameaças sobre a Amazônia, inclusive de desnacionalização. Mas esta ameaça não decorre da existência de áreas indígenas, nem dos povos indígenas, nem das organizações indígenas e de preservação da natureza. (...)

A Constituição Federal em seu art. 231 e parágrafos, reconhece aos índios o direito à organização social, usos, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e fazer respeitar todos os seus bens. (...)

O descumprimento desta obrigação, como ocorre no território do povo Yanomami, na região do Alto Rio Negro, em Roraima, no Alto Solimões com a Nação Tikuna, é que coloca em risco a integridade destes povos, macula a dignidade do povo e fere a Constituição brasileira.

A agressão à floresta amazônica igualmente permitida e estimulada pelo governo Collor, através de sua política entreguista de internacionalização da economia do país, é que atenta contra objetivo nacional expresso

no parágrafo 4º do artigo 225, que a considera patrimônio nacional.

Por trás dos anacrônicos argumentos da ESG, que são os mesmos pensamentos da antiga Doutrina de Segurança Nacional, está a pretensão de legitimar a repressão contra os movimentos organizados e as entidades que os apoiam, como o CIMI, Conselho Indigenista Missionário e a ANÍBA, Associação Nacional de Apoio ao Índio, na Bahia, os quais já se manifestaram contra o documento da ESG, declarando que não admitem tais orientações e não se intimidam.

Ao contrário do que a ESG afirma, a ameaça de internacionalização da Amazônia, como de todo o país, existe por responsabilidade das forças políticas que continuam a administrar o país, defendendo a imoral conversão da dívida externa em investimentos de preservação da Amazônia, com o controle das aplicações por instância internacional.

Registramos, assim, Sr. Presidente, o repúdio do PCdoB à orientação do documento da ESG e nos solidarizamos com a luta dos povos indígenas, das entidades não governamentais indigenistas e de preservação da natureza.

participaria, sempre de acordo com o "Correio Brasiliense", de uma reunião com líderes empresariais como Mário Amato, presidente da Fiesp, Flávio Teles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira, Fábio Meirelles, representante da Confederação Nacional da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, do Banco Bamerindus, e Rudolf Hohn, presidente da IBM do Brasil.

Ligação com Collor

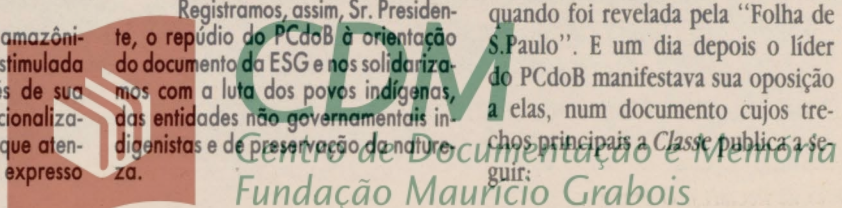
Neste encontro, realizado no interior de São Paulo, Oliva teria se proposto a colocar a instituição que preside a serviço dos candidatos à presidência "que não fossem de esquerda". O resultado foi a elaboração, durante 1988, do documento "Estrutura do poder nacional". E em 2 de junho do ano passado, quando estava claro que Collor de Mello era a única alternativa dos conservadores capaz de impedir uma eventual vitória da esquerda nas eleições, o presidente da ESG manteve com o candidato do PRN um encontro, em que ficou acertado um amplo processo de colaboração entre as duas partes. Como parte deste processo, a ministra Zélia Cardoso de Mello e outros membros da atual equipe de governo teriam mantido seguidos contatos com membros da Escola Superior de Guerra.

Política para Amazônia

O resultado é que não apenas as políticas gerais do governo Collor mas até mesmo algumas das medidas específicas tomadas por ele correspondem às recomendações contidas no documento da ESG.

Entre outros itens, tais recomendações indicam a privatização das estatais; a abertura ainda maior da economia brasileira ao capital externo; a transformação do SNI em Secretaria Especial; a criação de um Ministério da Infra-Estrutura e a liberação do câmbio.

A política preconizada pela ESG em relação à Amazônia permaneceu desconhecida até o dia 29/5, quando foi revelada pela "Folha de S.Paulo". E um dia depois o líder do PCdoB manifestava sua oposição a elas, num documento cujos trechos principais a Classe publica a seguir:



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Comunistas fazem campanha de classe

Rogério Lustosa*

"Campanha eleitoral é para eleger os candidatos". Isto é apenas meia verdade. Para as classes dominantes trata-se de reafirmar ou substituir seus representantes nos postos dirigentes. Mas para os trabalhadores a eleição é parte da luta maior por sua emancipação. É uma oportunidade para discutir os problemas políticos e sociais, difundir as idéias revolucionárias, elevar seu nível de consciência e de organização e, evidentemente, eleger certo número de candidatos.

Vender o Produto?

A burguesia, em geral, cuida de despolitizar a batalha eleitoral. Faz campanha de um deputado como se fosse de sabonete. Usa artifícios para chamar a atenção do consumidor - digo, eleitor - e para fazer com que ele memorize o nome de sua mercadoria - aliás, candidato.

Para "vender" o produto, apóia-se nas técnicas de publicidade. A argumentação é secundária. Quando muito indica uma particularidade que distingue o seu pretendente dos outros. A chave é mexer com as emoções do eleitor e fazê-lo acreditar que "este" é o melhor.

A campanha de Collor foi um exemplo. Jovem, forte, moderninho. Durante os três meses de campanha, praticamente nenhuma argumentação programática. Agora também, o homem piloto moto "ninja" contrabandeada, jet-ski e caça supersônico, treina com a seleção, veste farda do exército e da polícia federal, corre 10 quilômetros sorrindo, jura com "plena convicção", que "tudo está sob controle". É o super-herói arrasando a reboque, pelo emocional, os *desavisados*.

Campanha de Luta

A campanha dos comunistas, ao contrário, caracteriza-se pela marca política e classista. Convence pela argumentação. Polemiza e informa. Faz propaganda no sentido revolucionário. Emociona com base na apreciação dos problemas da vida. Trata dos objetivos gerais em articulação com os interesses imediatos. Situa a eleição dentro da perspectiva maior dos trabalhadores. Mobiliza para a luta.

Nesta perspectiva, os atos da campanha são manifestações públicas de massas em defesa dos interesses populares. Não se reduzem aos objetivos eleitorais. Indicam para o povo que o mandato de um parlamentar revolucionário é uma arma de combate, muito diferente daquele exercido pelos representantes das classes dominantes.

Tudo isso não significa evidentemente que os candidatos do proletariado não cuidem de destacar e gravar os seus nomes para o eleitorado. E de absorver os conhecimentos modernos de propaganda. Revolucionário nunca foi sinônimo de amadorismo e desleixo.

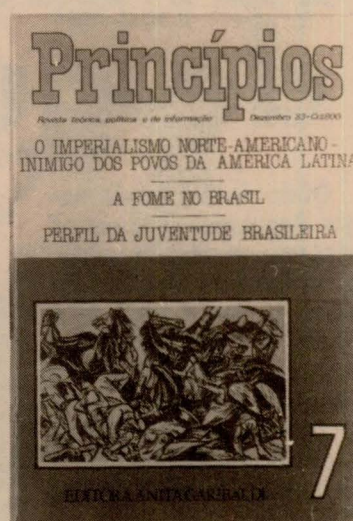
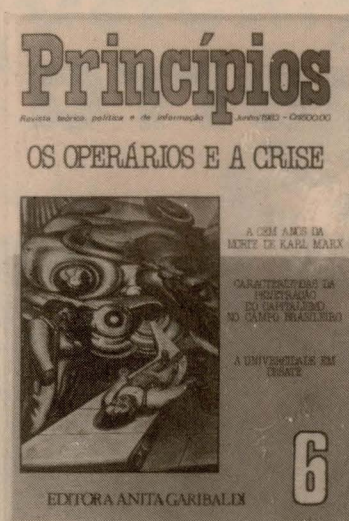
Defesa da Unidade

Por último, a campanha comunista cuida com o maior carinho da unidade das forças progressistas. Os candidatos do PCdoB levantam com força a bandeira do socialismo. Afirmam a legenda partidária e seu símbolo da foice e martelo. Mas, ao mesmo tempo, tratam de estabelecer laços estreitos com seus companheiros de coligação em cada Estado - já que não foi possível estabelecer uma frente em plano nacional como o Partido preconizava desde o início.

Em cada local os comunistas buscam estabelecer um programa comum com os candidatos majoritários. E são incansáveis batalhadores para a vitória da coligação das correntes populares, visando eleger, além dos candidatos do Partido, numerosas bancadas de deputados progressistas, governadores e senadores democratas, em oposição aos planos anti-nacionais e antipovo de Collor.

* da direção nacional do PCdoB

Revista teórica dos comunistas será relançada em Julho



A revista Princípios será relançada durante a reunião anual da SBPC no início de julho. A Classe Operária entrevistou o jornalista Rogério Lustosa, membro da direção nacional do PCdoB e do conselho editorial da revista, sobre as mudanças desta nova fase da publicação.

Classe: Quais os objetivos a serem cumpridos pela Princípios com este relançamento?

Rogério: A teoria assume importância especial na situação em que vivemos. O marxismo atravessa uma crise profunda. Algumas correntes pretendem aproveitar a oportunidade para sugerir que é preciso recomençar tudo do marco zero. Desconsideram toda a experiência do proletariado. Na onda do ineditismo, apagam a ruptura entre capitalismo e socialismo e desconhecem as soluções revolucionárias.

Este caminho não nos atrai. Os trabalhadores não encontrarão orientações para suas lutas fora da ciência social marxista. Mas precisamos superar as lacunas em nosso pensamento, interpretar os novos problemas, debater e desenvolver novos argumentos e novas soluções. A Princípios tem o propósito de colaborar nesta importante tarefa.

Classe: Quais os aspectos positivos e as debilidades da revista até aqui?

Rogério: A Princípios publicou matérias de grande valor. Os estudiosos do marxismo encontram, nas 17 edições publicadas, um rico material. Mas lamentavelmente, não conseguimos manter uma periodicidade científica e cultural. Um dos compromissos desta nova fase é colocar nas mãos dos leitores, regularmente, de três em três meses, um novo exemplar da Princípios.

Classe: Que relações a revista pretende manter com a comunidade acadêmica?

Rogério: Teremos contato estreito e frequente não só com a comunidade acadêmica mas com todos os foruns de produção do pensamento. Teoria não se desenvolve em laboratórios mas nas tempestades da prática e no relacionamento com as mais diversas correntes de idéias.

Como forma de colher idéias e informações, planejamos promover seminários, mesas redondas, palestras, estudos. Além, evidentemente, de buscar a colaboração de personalidades com artigos para a revista.

Pretendemos manter um intercâmbio particularmente intenso com o Instituto Maurício Grabois.

Classe: Quais os assuntos que a Princípios pretende abordar?

Rogério: Estamos usando o termo "pautas estratégicas". Quer dizer, questões fundamentais que serão desenvolvidas em diversas edições.

Por exemplo: a experiência da construção do socialismo; a "integração mundial" proposta pelo capitalismo; o que nos promete a "privatização" anunciada por Collor e por diversos países (inclusive do Leste europeu); a democracia e a sua efetivação no socialismo; as relações entre a cultura e o Estado.

Classe: Quais os temas da próxima edição?

Rogério: Cada edição deve ter um tema central, que pode ser abordado em vários artigos, nos seus diversos aspectos. Neste primeiro número terá como "mote": Do socialismo científico ao capitalismo utópico. João Amazonas, Luis Fernandes, José Reinaldo e outros companheiros tratam da atualidade do mar-

xismo e do tratamento do socialismo como ciência, e mostram o equívoco de se imaginar um capitalismo humano como alternativa para os trabalhadores. Eu também escrevi um artigo, de caráter mais informativo, sobre a experiência desastrosa da Polônia.

Outros textos, sobre os reflexos da automação na formação dos operários; a superação do pensamento escolástico pelo materialismo dialético; cultura e Estado, completam a edição.

Classe: Quais as inovações desta nova fase?

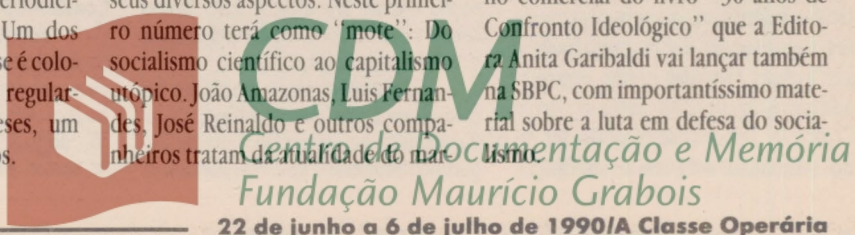
Rogério: Em primeiro lugar, vamos manter uma periodicidade regular. Depois, formamos um Conselho Editorial bem maior, que deve atuar de fato como fórum para enriquecer o conteúdo da Princípios. Alguns nomes como Olival Freire, Madalena Guasco, Luis Fernandes, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Luis Manfredini, estarão não apenas no expediente mas comporão um corpo de trabalho - no planejamento e na formulação teórica.

O companheiro João Amazonas permanece como principal responsável pela publicação.

A revista deve apresentar também uma nova feição gráfica.

Uma capa mais moderna e também uma diagramação interna mais agradável. E, como consequência da regularidade das edições, esperamos produzir um conteúdo mais quente, vivo, polêmico, mais ligado com os assuntos em curso.

Se vocês me permitem, para encerrar gostaria de fazer um pequeno comercial do livro "30 anos de Confronto Ideológico" que a Editora Anita Garibaldi vai lançar também na SBPC, com importantíssimo material sobre a luta em defesa do socialismo.



O Partido nas universidades(II)

Dynéas Agular*

Continuando a série sobre a organização dos comunistas no setor universitário, o autor indica neste artigo os traços mais gerais de funcionamento do Partido nesse setor.

As formas de organização e de funcionamento do Partido são sempre condicionadas pelo meio em que atua. Assim sendo, devemos estudar em cada caso concreto quais os aspectos da realidade que precisamos considerar para que a organização partidária corresponda não só as necessidades imediatas mas fundamentalmente aos nossos objetivos futuros.

Sempre tendo em vista grande diversificação existente entre as várias universidades no país, procuraremos indicar os traços mais gerais de organização e funcionamento do Partido que lhes são comuns.

Coexistem nas universidades três segmentos que possuem características bem diferenciadas uns dos outros: professores, funcionários e estudantes. Separadamente cada qual tem vínculos específicos com o meio universitário e, por conseqüência, reivindicações muito próprias e particulares, o que determina as formas de organização e composição das entidades de massas.

A organização do Partido em geral tem levado em conta apenas esse aspecto das particularidades: as reivindicações e lutas específicas. Por isso, na maioria dos casos as nossas bases de professores, de funcionários e de estudantes têm não só existência autônoma, como são estanques uma das outras.

Se, para tratar as questões específicas de cada segmento é necessário e correto estruturar em separado as organizações de base de professores, funcionários e estudantes, ao analisarmos as universidades como um todo vemos que tal forma de organização cria enormes lacunas e dificuldades para a nossa atuação. Ainda mais, pode servir para introduzir no Partido idéias e práticas corporativistas contrárias à nossa formação socialista.

Desde a realização do 7º Congresso tem-se estudado com mais acuidade os problemas da organização do Partido, o que tem permitido encontrar as formas mais condizentes com a realidade e a necessidade de reforçar nossos vínculos com as massas.

Podemos apontar alguns problemas que só podem ser vistos de conjunto para a sua correta compreensão:

* A crise por que passa a universidade brasileira, afeta tanto os professores como funcionários e estudantes. Se cada segmento desses procurar encontrar os caminhos para superá-la tratando apenas do específico, de seus in-

teresses particulares, dificilmente se terá condições de elaborar propostas que consigam unificar a ação do conjunto, o que, além de dificultar a mobilização da massa, permite ao governo ou ao proprietários (nas particulares) dividir o movimento.

* A luta política e ideológica dentro das universidades tem especificidades que precisamos ter bem presentes. As classes dominantes têm a universidade como instrumento não só para a formação de quadros especializados profissionalmente mas também como um dos principais centros de elaboração de idéias e teorias que garantam o seu poder.

A campanha contra o socialismo utiliza a universidade como um fórum privilegiado. Seminários, conferências, palestras, cursos nacionais e internacionais são realizados constantemente para tentar "comprovar" que o socialismo fracassou e o marxismo morreu.

Outros exemplos poderão reforçar a compreensão que hoje temos da necessidade de criar um fórum interno que permita capacitar política e ideologicamente os militantes que atuam nas universidades, pois só assim o nosso Partido estará à altura dos embates que têm de enfrentar.

Esse instrumento é o comitê de empresa, órgão intermediário que equivale a um comitê distrital. O comitê de empresa permitirá ao Partido abordar a universidade como um todo, analisar e discutir os problemas globais tan-

to internos como da relação da universidade com a sociedade.

O comitê de empresa não é uma "base inchada" que reúne os professores, funcionários e estudantes. Em cada segmento devemos criar organizações de bases de acordo com as condições locais. Para que isso ocorra é preciso elaborar e executar um plano de crescimento do Partido que contemple os três setores. Nesse sentido, o núcleo inicial que possuímos deve esforçar-se para crescer no seu próprio setor, mas igualmente, dedicar esforços para implantar o Partido nos demais.

As direções do Partido a nível regional e municipal devem ter presente que, para diminuirmos a chamada flutuação orgânica nas universidades torna-se necessário adotar um conjunto de medidas, dentre as quais destacamos:

* o acompanhamento permanente e regular dos organismos existentes nas universidades;

* discussão política e teórica que contemple a assimilação da nossa linha estratégica e tática e contribua para dar respostas aos problemas que

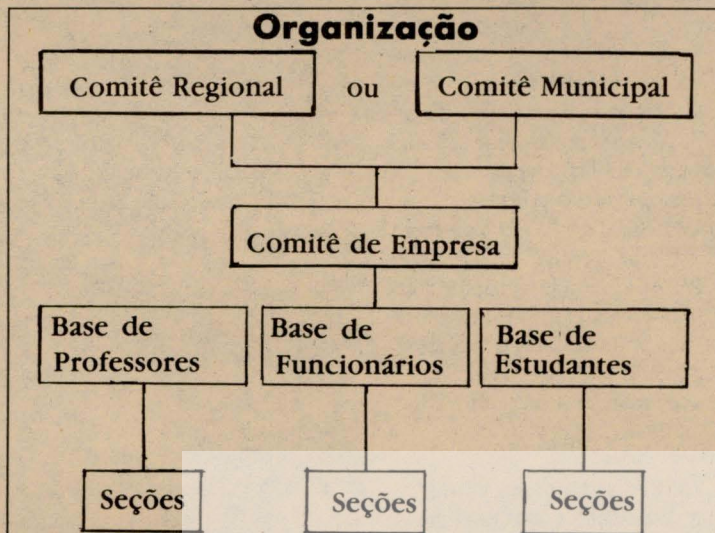
os militantes enfrentam em sua atuação;

* ajudar na elaboração do planejamento da implantação do Partido entre os professores, funcionários e estudantes e realizar controles periódicos da aplicação das medidas aprovadas;

* sem menosprezar a grande potencialidade do movimento estudantil, dar especial atenção à filiação e recrutamento de professores e funcionários. Precisamos considerar a importância desses segmentos e ainda o fato de que, diferentemente dos estudantes, em que há uma renovação periódica, os professores e funcionários são permanentes e devem formar o núcleo principal para que o Partido não sofra solução de continuidade em sua vida orgânica;

* a criação de cada organização de base necessita ter muito presente a área específica de sua atuação para dessa forma desenvolver o seu trabalho de massas: por área, por curso, por departamento, em cada campus se a universidade tiver mais de um, por instituto, etc.

Dada a complexidade da organização e do funcionamento do Partido no conjunto da universidade os regionais e municipais precisam realizar seminários para aprofundar o estudo e o conhecimento dos problemas universitários e para generalizar e sistematizar as experiências de nossa atividade.



* Podem ser institutos, faculdades, cursos e/ou unidades administrativas. Dependerá da realidade específica da universidade e do número dos organismos.

da direção nacional do PCdoB

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A história secreta da privatização da VASP

Ma Zé Leite *

A Classe analisa e desmistifica um caso típico de desestatização. A direita dá apoio total à ação do governador de São Paulo para vender a empresa aérea do Estado, e alega que ela é deficitária e ineficiente. Mas não mostra que o Ministério da Aeronáutica promove há anos uma política discriminatória contra a VASP, oculta a autêntica negociata em que está se transformando a operação e faz vistas grossas à ameaça de desnacionalização da empresa.

Três passageiros embarcam num avião Monospar, de fabricação inglesa, no campo de Marte de São Paulo, com destino a Ribeirão Preto, interior do Estado. Era o dia 4 de novembro de 1933 e eles eram os primeiros a embarcar num vôo da recém-criada Viação Aérea de São Paulo - VASP. Eram os primeiros personagens de uma história que, 57 anos depois, ameaça chegar a um epílogo dramático.

Um dos personagens centrais desta história com final infeliz, chama-se Orestes Quércia, e é governador do mesmo Estado de São Paulo. Este governante, desde que assumiu o cargo e se mudou para o Palácio dos Bandeirantes em 1986, tudo tem feito para pôr a termo seus interesses de privatizar a VASP. Prometeu concretizar a tarefa até setembro próximo, quando espera empossar a nova direção da empresa, passando-a às mãos da iniciativa privada.

O primeiro leilão de ações está previsto para acontecer no próximo 31 de agosto. Num momento em que o governo privatista de Fernando Collor faz alarde contra as estatais e parte para a privatização de várias dessas empresas, o caso da privatização da VASP torna-se exemplar da hipocrisia, dos favorecimentos e da ampla desnacionalização que está por trás das privatizações. Até o momento a reação do movimento popular a estas tentativas tem sido pouca. No caso da VASP, por exemplo, a direção da empresa realizou um plebiscito entre seus 7800 funcionários, dos quais votaram pouco mais de quatro mil, em sua maioria em favor da privatização. Eles foram constantemente cortejados pela direção da VASP com promessas mirabolantes, dizendo que iriam ter melhores salários e condições de trabalho em uma empresa privada. O resultado lastimável do plebiscito mostra que é preciso enfrentar os argumentos falaciosos que a direita alinha em favor da privatização, e esclarecer o movimento popular sobre o que há por trás da proposta.

Estado prejudica estatais e

favorece escandalosamente as companhias privadas

A aviação civil no Brasil, assim como no Paraguai, Uganda e Etiópia, acha-se atrelada a um ministério militar, o da Aeronáutica. Responsável que seria por traçar uma linha política que igualasse as condições para o transporte aéreo comercial entre todas as empresas aéreas, o ministério vem tendo, nos últimos anos, uma política protecionista em benefício da maior empresa do setor, a Varig. Incentiva, assim, a monopolização cada vez mais evidente do transporte aéreo brasileiro por uma única empresa.

Um exemplo desse protecionismo que gera uma tendência à monopolização é que em 1956 havia no Brasil onze empresas aéreas, sendo que a maior detinha apenas 22% do mercado aéreo. Atualmente existem apenas três empresas de porte grande e a maior delas, a Varig, detém 52% da malha aérea nacional e 100% das linhas internacionais rentáveis. Essa monopolização do setor levou ainda a que diminuíssem em 30% o número de cidades que são servidas pela aviação hoje, com relação a 15 anos atrás.

Para as particulares, impera o princípio do "eu te darei o céu, meu bem"

Na história da aviação comercial brasileira nunca se encontrou uma única empresa privada que sobrevivesse sem benefícios diretos e indiretos conferidos pela União Federal.

O caso da Varig é um dos mais claros (veja box), mas não é só ela. Desde as mais antigas - a Real, a Condor, a Cruzeiro do Sul e a Panair do Brasil - todas foram beneficiadas por dezenas de decretos-Lei e portarias estabelecendo favores e benefícios, deixando claro que é impossível empresas privadas sobreviverem sem amparo estatal.

Nos últimos anos, além da Varig, a própria Transbrasil tem sido premiada inúmeras vezes com benesses do governo. Mesmo estando sob intervenção federal, tem recebido financiamento do Banco do Brasil em milhões de dólares pagáveis em prazo bastante extenso e com prazo de carência bem razoável. Só entre 1983/84 essa empresa recebeu do governo uma "ajuda" de US\$ 50 milhões de dólares.

VASP: discriminada, vítima de difamação e sem nenhum espaço nos céus do governo

Enquanto persistir tal política para o transporte aéreo brasileiro, persistirá também a monopolização da malha aérea nacional e haverá sempre

uma tendência ao endividamento crônico de todas as empresas.

A dívida da VASP, segundo divulga o governo, chega a atingir os 600 milhões de dólares. Mas é só a VASP, empresa estatal, que deve? Está claro que não, mas o governo nega-se terminantemente a divulgar as dívidas da Transbrasil e da Varig, por exemplo. Esta última, fala-se a boca pequena, teria acumulado uma dívida que beira os dois bilhões de dólares. Mas tudo fica no escuro, pois ao governo atual só interessa mesmo denegrir a imagem da VASP, por causa de seus interesses privatizantes.

Como costuma ocorrer nas demais empresas estatais, a imprensa trata os problemas da VASP como uma política de dois pesos e duas medidas. Funcionário público e de estatal tem virado sinônimo daquele que não faz nada, porque isto também faz parte da luta para dilapidar as empresas públicas. Enquanto isso, a imprensa conservadora fecha os olhos para casos como o da nomeação por Quércia, para presidir a VASP, de homens intimamente ligados à iniciativa privada!

Para dirigir estatais, o governador nomeia homens que querem sua destruição

O caso mais atual é o do presidente da empresa, Marcelo Antinori que, além da confiança do governador, é originário do Grupo Pão de Açúcar.

São esses mesmos administradores, gente com experiência em direção de empresas privadas que, ao mesmo tempo em que dirigem com eficiência suas próprias empresas, solapam e dilapidam a estrutura econômico-financeira da VASP.

Os jornais brasileiros, nestes últimos dias, têm estampado em suas páginas os fatos que envolvem o escândalo das fraudes descobertas no escritório da VASP em Brasília.

Até agora não se sabe os nomes dos envolvidos, mas os administradores da estatal "tiram o corpo fora", passando de um para o outro as responsabilidades com os negócios entre a VASP e os Correios.

Enquanto isso ocorre, é o próprio Marcel Antinori quem informa em seu boletim "Privatizar" que no ano de 1989 foram vendidas mais de quatro milhões de passagens, 600 mil a mais que em 88, gerando uma receita 20% maior, mas que não representou "lucro porque as despesas aumentaram"... Aumentaram, ou o dinheiro "sumiu", seria o caso de perguntar.

Não bastasse a ação de aventureiros mil e de corruptos que enriqueceram fraudulentamente às custas do patrimônio público, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, é acusado pelos trabalhadores da aviação de realizar transações nada transparentes envolvendo a administração da VASP.

Homem de Quércia faz série de negócios obscuros, e chega

a "comprar" placa do Detran

No primeiro período de seu governo, nomeou para a direção da empresa estatal aérea o ex-prefeito da cidade de Franca, Sidney Franco da Rocha, sob cuja direção aconteceram os mais variados e inimagináveis tipos de fraudes e irregularidades. Sob a presidência do ex-prefeito, um Boeing-727 cargueiro da Varig foi arrendado para substituir um que estava em revisão, para cumprir contrato com o Correio mas, como não havia tripulação suficiente para o Boeing, este ficou muitos dias parado no estacionamento do aeroporto de Congonhas; alugou-se dois aviões Boeing-727 para a Mexicana Aviación S/A por 150 mil dólares ao mês por aparelho e arrendaram-se da Irlanda dois Boeing-737, por 275 mil dólares ao mês por aparelho, sendo que eram menores. Neste período também campearam as irregularidades nas vendas de passagens; na época, ainda, a VASP possuía 18 Opalas 1986 e mesmo assim foi adquirido mais um: um Chevrolet Diplomata 1988, com a chapa DZ (sigla da presidência da VASP) e com o número 9090 (último ano de governo Quércia). Como teria sido negociada a numeração junto ao Detran? pergunta o deputado José Dirceu, do PT, que na época fez essas denúncias na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Mas não pára por aí a falta de transparência que agora envolve a privatização da VASP.

O leilão de ações da empresa já tem data marcada para acontecer, mas até o momento não se conhecem os nomes que compõem a lista dos possíveis compradores da VASP. Mas os jornais da chamada grande imprensa já divulgaram os nomes de pelo menos quatro possíveis arrematadores das ações: as estrangeiras Paribas e Airbus Industrias, da França; O Citibank e a American Airlines, dos Estados Unidos.

Aparecem os prováveis compradores: três empresas e um banco estrangeiro

Segundo as regras estabelecidas pela Comissão de Privatização e pelo governador de São Paulo, 10% das ações da VASP podem ser compradas por funcionários da empresa; 40% ficam com o governo para serem vendidas em Bolsa num prazo de 10 anos; o restante pode ser adquirido por empresas nacionais e/ou estrangeiras, sendo que estas últimas só podem comprar 20% dessas ações.





Aviões da VASP: o Ministério da Aeronáutica manobrou incessantemente para desgastar a empresa, enquanto financiava as particulares

vatização da VASP promete transformar-se numa grande negociata. Pelas regras de Quércia, o comprador das ações também compra a dívida da empresa, só que o Estado assume parte dessa dívida. Além disso, o possível comprador terá um financiamento muito vantajoso e poderá adquirir essas ações sem gastar um único centavo - apenas "convertendo" em capital da VASP seus títulos da dívida externa brasileira. Em outras empresas, o governo paga a compra da VASP.

No item sobre a compra de ações por parte de empresas estrangeiras outra coisa também não está clara:

os 20% permitidos a estrangeiros serão rateados entre empresas interessadas ou cada uma pode adquirir 20% de ações separadamente? Formalmente, ou aparentemente, há a garantia da preservação nacional da VASP mas, na prática, abre-se uma enorme brecha para que ela acabe parando em mãos de empresas estrangeiras.

E não é preciso muita argumentação para mostrar o perigo que isto representa para a soberania de nossa pátria: uma empresa estrangeira comprando a preço bem barato a mão-de-obra de aeroviários e aeronautas brasileiros e remetendo os lucros do merca-

do aéreo nacional para outros céus.

Com a conversão da dívida múltipla compram a VASP sem gastar um único centavo

Todas as entidades sindicais de aeronautas e de aeroviários, desde que Orestes Quércia arremeteu contra a VASP para privatizá-la, têm feito uma série de denúncias sobre as irregularidades cometidas contra a empresa, têm alertado os "vaspeanos" à ameaça real de demissão e têm procurado mobilizar a opinião pública para impedir que se concretizem os sonhos do governa-

dor.

Para todos os que se opõem à sede privatizante de Quércia, que acaba se tornando um exemplo para a luta contra as estatais aberta por Collor, tem ficado clara uma coisa. Enquanto persistir essa política monopolizante na aviação brasileira, esse protecionismo ministerial em favor das empresas privadas, esta ausência completa de discussão sobre as reais necessidades do mercado aéreo nacional, essa total monopolização das linhas internacionais rentáveis por uma única empresa, não somente a VASP, mas nenhuma outra empresa estatal de aviação poderá se-

quer sonhar com dias mais promissores e com condições iguais de competição.

Fica claro, portanto, que os interesses na privatização da VASP não são os alegados por Quércia e por seu subordinado, Marcelo Antinori, atual presidente da empresa. Este vive tentando convencer seus funcionários de que "é preciso privatizar para tornar a VASP rentável". Com certeza, não é a privatização que vai fazê-la mais eficiente, como fica demonstrado na própria história da nossa aviação comercial.

* Colaboradora da Classe

Como favorecer uma empresa privada

A VASP tem sofrido toda espécie de boicote e retaliações por parte especialmente do governo privatista de Orestes Quércia. Tem sido espoliada e vítima da ação de maus administradores e de corruptos, que lesam seu patrimônio e exploram seus funcionários. Enquanto tudo isso ocorre com uma empresa que é patrimônio público, a empresa privada Varig goza de todos os privilégios, monopoliza as linhas internacionais rentáveis e é a grande mandatária na política para o transporte aéreo comercial brasileiro. Isto tudo com o aval do Ministério da Aeronáutica e do seu Departamento de Aviação Civil.

A Varig pertence à Fundação Rubem Berta, que possui mais treze empresas de variados ramos. Essa empresa aérea é, há muitos anos, a dirigente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, da qual, sempre elege o presidente; e é quem traça toda a política de transporte aéreo, inclusive influenciando ativamente na escolha dos próprios ministros da Aeronáutica. Estes, por sua vez, estabelecem as regras impostas pela Varig para a aviação comercial do Brasil e garantem a execução dessas regras que, é claro, impedem que qualquer outra empresa concorrente sonhe com dias mais promissores e com condições de competir com o gigantismo da empresa gaúcha.

Mas como a Varig alçou vôo tão alto? Como chegou ao poderio que goza atualmente? Com recursos próprios e méritos de seus administradores, certamente é que não foi. Como todas as empresas privadas da aviação em toda a história do nosso país, foi sempre sustentada com injeções de auxílios, favores e contribuições providas dos cofres públicos. Senão, vejamos sua própria história:

30 de outubro de 1926 - Otto Ernest Meyer, fundador da Varig, consegue, da parte do governo do Rio Grande do Sul, isenção de imposto estadual por um prazo de 15 anos;

20 de maio de 1929 - o então presidente do Rio Grande do Sul concede à empresa 25 contos de réis para a construção de estação de passageiros na cidade de Rio Grande;

24 de abril de 1930 - num contrato assinado entre a direção da Varig e o governo do Rio Grande do Sul, este cede, por um prazo de 20 anos renováveis por mais 20, o Campo de Gravataí para uso e administração da Varig e fornece recursos financeiros para a construção de toda a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento e pôs à disposição dessa empresa uma enorme verba para adquirir quatro aviões Junkers de passageiros, dois de Cor-

reio e carga e dois aeroplanos Klemm para treinamento de pilotos;

14 de maio de 1940 - O governo federal abre um crédito especial para subvencionar a Varig, com a quantia nada despretável de 500 contos de réis;

Entre 1948 e 1949 a empresa aérea Cruzeiro do Sul realizou 30 vôos experimentais para Washington e Nova York, nos EUA, com dois quadrimotores Douglas DC-4. A Cruzeiro desistiu da linha porque não conseguiu subvenção do governo federal. Quem 'berdou' estas linhas foi a Varig, que passou a ser subvencionada pelo mesmo governo a partir de 1950, na base do quilômetro voado;

Fevereiro de 1953 - linha concedida à Varig, que comprou três aviões Lockheed 1049;

1º de março de 1975 - o governo federal determinou que todos os aviões bimotores fossem retirados da Ponte Aérea e, com isso, ficavam excluídos os Dart Herald, os Boeing 737 e os Bac One-Eleven. Isso favorecia os Electra da Varig, que ficou com a exclusividade da linha melhor e mais rentável da aviação comercial brasileira. A Varig passou a alugar seus Electra às concorrentes;

1975 - a Cruzeiro do Sul fez uma proposta. A Transbrasil faz, então, uma proposta

de fusão ao governo e este se negou pois envolvia um empréstimo de 228 milhões de cruzeiros à proponente. A VASP então candidatou-se. Mas o Ministério da Aeronáutica deu posição favorável à empresa gaúcha e o Banco do Brasil fez um empréstimo à Varig de 256 milhões de cruzeiros, amortizados em 12 anos e sem correção monetária (!), para que saldasse as dívidas da Cruzeiro;

7 de novembro de 1979 - a Varig compra cinco aviões Douglas DC-0-30, com o aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE - numa operação no valor de 195 milhões de dólares.

Esta é somente uma amostra da história da injeção de dinheiro público e de favorecimento político numa empresa privada. Não só a Varig, mas todas as outras empresas privadas da aviação, as atuais e as mais de 15 extintas, recorreram inúmeras vezes aos cofres públicos. Os prejuízos delas são repassados aos contribuintes, mas os lucros ficam com os empresários. Tudo isso realizado pelas mãos dos que acusam as empresas estatais (prejudicadas) de não fazerem lucro... (ML)

Exclusivo: O povo contra a privatização

Antonio Martins

A Classe revela, em primeira mão, o conjunto de dados de uma pesquisa de opinião que a Bolsa de Valores de S. Paulo encomendou ao Instituto Gallup, e que por seus resultados nitidamente contrários à venda das estatais jamais chegou a ser divulgada em detalhes pela imprensa brasileira.

O Brasil precisa seguir o exemplo dos países do primeiro mundo e privatizar rapidamente suas empresas estatais, livrando-se da "interferência" exercida pelo Estado na economia. A privatização deve ter como um de seus objetivos essenciais o aumento da presença do capital externo no país, e por isso não deve haver qualquer restrição à transferência do controle das empresas públicas para grupos econômicos estrangeiros. Há pelo menos dois anos os políticos, os teóricos e os jornais conservadores repetem exaustivamente estas duas idéias, afirmando que são essenciais para permitir a entrada do país no mundo maravilhoso da pós-modernidade e alegando que apenas os setores "anacrônicos" da esquerda opõem-se a elas.

Uma pesquisa de opinião pública encomendada pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ao Instituto Gallup e efetuada nas duas principais regiões metropolitanas do país, porém, pode pôr por terra toda esta linha de raciocínio. Ao contrário do que certamente previam seus patrocinadores, ela acabou demonstrando que embora pressionada diariamente pela enorme massa de comentários favoráveis à privatização a maioria do povo rejeita de forma decidida a transferência ao capital privado das empresas estatais. Além disso, há um repúdio ainda mais evidente à tentativa de realizar a venda com a participação de grupos econômicos estrangeiros.

Por conter dados incômodos à direita, pesquisa foi ocultada durante eleições

A sondagem, que envolveu 1490 indivíduos de todos os níveis sócio-econômicos, grupos etários e graus de instrução, residentes em São Paulo e Rio, foi realizada no início do segundo semestre do ano passado. As tabulações finais ocorreram entre agosto e setembro. Durante vários meses, contudo, a direção da Bovespa impediu que o público tivesse acesso aos dados. Ao que tudo indica ela temia que eles influenciassem a campanha para as eleições presidenciais, onde um dos temas mais polêmicos era precisamente a privatização. Somente em dezembro de 89, os resultados foram transmitidos a alguns órgãos de imprensa. Mesmo assim, os jornais deram a eles espaço irrelevante, e jamais chegaram a publicar o conjun-

to de conclusões da pesquisa. Na última semana, A Classe Operária obteve uma cópia do relatório final preparado pela Bovespa. Por si só ela é mais um poderoso argumento contra a venda das empresas estatais.

Em primeiro lugar, porque a direção da Bovespa sequer procura disfarçar sua postura pró-privatização. A medida, diz o relatório, "insere-se entre as prioridades da nação", tornou-se "uma necessidade imperiosa" deve ser executada com "maior rapidez e decisão". Em alguns trechos este posicionamento chega às raias do ridículo. Inconformada com a relutância do povo em rezar pela cartilha da direita, a Bovespa atribui a opinião antiprivatista da maioria dos entrevistados a "uma postura conservadora". Fica claro, portanto, que trata-se de uma sondagem suspeita.

Num primeiro momento da entrevista, foram feitas perguntas genéricas. Ficou claro que a maioria da população (66,5%, em média) sabe identificar o caráter privado ou estatal de algumas das principais empresas do país, que 38,4% têm lido ou ouvido notícias sobre a privatização ou estatização; e que a maior parte do povo é sensível à onda de difamação promovida pela imprensa contra as estatais: 70,4% acham que elas são "mais lentas e burocratizadas" que as empresas privadas, e 43,1% acham que estas últimas "são mais preocupadas com a população".

As atividades estatais, diz o povo, não devem passar aos particulares

Logo em seguida, contudo, o relatório vai apresentar as respostas dos entrevistados à pergunta essencial da pesquisa. E então fica evidente que mesmo influenciado pela crítica da direita às empresas públicas o povo repele sua venda aos particulares.

O método básico da enquete consistiu em relacionar para os entrevistados um conjunto de atividades econômicas, e perguntar a eles, em cada caso, se preferia que o setor fosse controlado por empresas estatais ou por companhias privadas. Para efeito de comparação os setores econômicos foram agrupados em três conjuntos. O primeiro era composto por atividades que tradicionalmente são exercidas por empresas estatais. O segundo, por atividades onde predominam as companhias particulares. E o terceiro, por áreas onde o Estado e a iniciativa privada aparecem conjuntamente.

Na série de setores em que a ação estatal já predomina o posicionamento dos entrevistados foi claro. Em todos os casos há uma nítida maioria favorável a que a atividade continue sendo exercida exclusiva ou majoritariamente por empresas estatais (ver tabela 1). Em algumas áreas (correios e telégrafos) os partidários à estatização são 3 vezes mais nu-

meros que os privatistas. Em outras (estrada de ferro, geração de eletricidade, serviços telefônicos, construção de estradas e produção de petróleo) a proporção é em média 2 para 1, sempre em favor da estatização. E mesmo nas áreas de mineração e produção de aço, a preferência pela ação do Estado é nítida.

Quase 50% dos mais pobres quer estatizar agricultura e indústria de alimentos

A série seguinte compreende atividades hoje inteiramente controladas por empresas particulares. Nesse caso a maioria dos entrevistados ainda prefere o predomínio da iniciativa privada (ver tabela 2). O relatório da Bovespa não deixa de registrar, contudo, que entre as chamadas "classe D e E" aparece uma forte tendência favorável à estatização de pelo menos dois serviços. 43,3% dos entrevistados de rendimentos mais baixos querem que a indústria alimentícia seja controlada total ou parcialmente por empresas estatais e 43,1% querem que o mesmo ocorra com a própria produção agrícola.

É possível, contudo, que a prova mais eloquente de que a população rebate os apelos à privatização esteja nas respostas relativas ao terceiro grupo de atividades, onde Estado e iniciativa privada competem entre si. Isso porque há, na maior parte dos setores pesquisados, uma nítida preferência pelas empresas estatais (veja tabela 3). Esta tendência, aliás, torna-se ainda mais clara em alguns setores que a população utiliza constantemente, e que foram entregues, ao longo das últimas décadas, à economia particular.

Hospitais, escolas, e até construção civil de casas vão melhor nas mãos do Estado

É o caso do sistema educacional, onde o Estado foi pouco a pouco cedendo terreno às empresas de ensino. A pesquisa constatou que ampla maioria dos entrevistados rejeita esta política: 66,8% querem que as escolas sejam exclusiva ou majoritariamente de propriedade estatal, contra apenas 24,7% que optam por entregá-las aos particulares. A defesa da ação estatal repete-se na construção de casas populares (60,7% em favor do Estado, 29,9% pela iniciativa privada), na manutenção dos hospitais (58,8% X 32,7%), o sistema de ônibus (54,5% X 34,9%) e na distribuição de derivados de petróleo (45,3% X 41,2%). Entre todos os setores pesquisados a enquete encomendada pela Bovespa só constatou preferência pelas empresas particulares nos bancos (45% X 41,3%) e na aviação (53,2% X 30,8%).

Como se todos estes dados ainda não fossem suficientes, a pesquisa serve para demonstrar, por fim,

o grau impressionante de rejeição popular a uma segunda tese da direita, que acabou ficando intimamente associada à venda das estatais: a internacionalização ainda mais profunda da economia do país. A própria direção da Bovespa admite claramente, no relatório, que vê a participação do capital estrangeiro como um "ponto fundamental" do processo de privatização.

Para conhecer o sentimento do povo a este respeito, nada melhor que reproduzir um outro trecho do mesmo relatório, onde se relata a posição dos entrevistados. "A pergunta sobre a participação de capital estrangeiro", reconhece a Bolsa, "foi a que apresentou maior uniformidade nas respostas". As demonstrações contrárias a esse tipo de capital foram praticamente as mesmas em todas as classes sociais e entre as pessoas com diferentes graus de instrução. Uma curiosidade é que essa tendência se repete mesmo entre os trabalhadores de empresas estrangeiras.

Uma enorme rejeição ao capital externo, mesmo nos seus redutos tradicionais

A tabela 4 ilustra perfeitamente o fenômeno. 80,1% da população quer que a edição de jornais e revistas seja entregue exclusiva ou majoritariamente aos brasileiros, contra inexpressivos 6,3% que defendem a participação do capital estrangeiro. E idêntica preferência se verifica nos serviços telefônicos (80,3% X 7,4%), indústria alimentícia (79,7% X 6,5%), supermercados (79,1% X 9,2%), emissoras de rádio e TV (78% X 8,9%), mineração (76,3% X 8,6%), produção de petróleo (74,5% X 13%) e bancos (73,4% X 11,6%). Se as opiniões do povo tivessem voz ativa na democracia brasileira teria de haver inclusive uma transformação radical em setores, hoje inteiramente dominados pela multinacionais, como a indústria automobilística. 62,5% dos entrevistados querem que ela seja controlada por brasileiros, contra apenas 21,4% que defendem o predomínio do capital estrangeiro.

A dificuldade de impor ao povo os projetos neoliberais da direita e do governo Collor fica estampada numa das conclusões finais do relatório. Defensora intransigente, como se viu, da privatização e da internacionalização da economia, a direção da Bovespa é obrigada a admitir, ainda que a contragosto: "A pesquisa revelou um forte sentimento nacionalista na sociedade brasileira, e a conseqüente rejeição ao capital externo mesmo em setores onde sua atuação é tradicional".

OPÇÃO ENTRE MAIOR PARTICIPAÇÃO ESTATAL OU PRIVADA ATIVIDADES ESTATAIS		
	DEVERIAM SER	
	SÓ ESTATAIS OU MAIORIA ESTATAL Z	SÓ PRIVADAS OU MAIORIA PRIVADA Z
Correios e telégrafos	78,7	22,4
Metrô	66,0	25,6
Estradas de ferro	61,3	31,7
Geração de eletricidade	68,1	32,2
Serviços telefônicos	79,8	32,0
Construção de estradas	59,2	31,3
Produção de petróleo	56,4	30,9
Mineração	53,2	33,1
Produção de Aço	52,3	34,5
MÉDIA	59,9	30,4

OPÇÃO ENTRE MAIOR PARTICIPAÇÃO ESTATAL OU PRIVADA ATIVIDADES PRIVADAS		
	DEVERIAM SER	
	SÓ PRIVADAS OU MAIORIA PRIVADA Z	SÓ ESTATAIS OU MAIORIA ESTATAL Z
Jornais e Revistas	71,4	20,8
Indústria de Bebidas	67,9	23,3
Indústria Automobilística	62,5	22,6
Indústria de papel	66,2	25,0
Supermercados	62,4	31,6
Indústria alimentícia	55,9	36,1
Produção Agrícola	52,3	38,7
MÉDIA	63,4	28,3

OPÇÃO ENTRE MAIOR PARTICIPAÇÃO ESTATAL OU PRIVADA ATIVIDADES MISTAS		
	DEVERIAM SER	
	SÓ ESTATAIS OU MAIORIA ESTATAL Z	SÓ PRIVADAS OU MAIORIA PRIVADA Z
Escolas	66,8	24,7
Const. de casas populares	60,7	29,9
Hospitais	58,8	32,7
Ônibus urbano	54,5	34,9
Distrib. de gás/alc.	45,3	41,2
Bancos	41,3	45,0
Com. Aéreas	30,8	53,2
MÉDIA	51,8	35,2

PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO ATIVIDADES AVALIADAS		
	DEVERIAM SER	
	SÓ CAPITAL NACIONAL OU MAIORIA NACIONAL Z	SÓ CAPITAL ESTRANGEIRO OU MAIORIA ESTRANGEIRO Z
Jornais e Revistas	80,1	6,3
Serviços telefônicos	80,3	7,4
Indústria alimentícia	79,7	6,5
Supermercados	79,1	9,2
Emissoras de rádio e TV	78,0	8,9
Mineração	76,3	8,6
Produção de Petróleo	74,5	13,0
Bancos	73,4	11,6
MÉDIA	75,0	10,3

A Copa das Zebra

Moacyr de Oliveira Filho

Depois de 32 jogos realizados na 14ª Copa do Mundo (quando fechávamos esta edição faltavam apenas os quatro jogos que decidem os Grupos E e F), uma certeza já ronda os gramados italianos: esta é a Copa das zebras. A lambada africana de Roger Milla, um negro de 38 anos, comemorando o seu segundo gol na vitória de Camarões sobre a Romênia, é o melhor retrato da Copa da Itália, onde seleções que teoricamente apenas fariam figuração acabaram a primeira fase classificadas para as Oitavas de Final.

Além da surpreendente Camarões, campeã de um grupo que tinha a Argentina e a URSS, a estreita Costa Rica, de Conejo e Cayasso e a contagiante Colômbia, do mago Higuita, do estontente Valderrama e do decidido Rincon, conseguiram a verdadeira proeza de seguir adiante na Copa, confirmando que o futebol de hoje não é mais o mesmo. Camarões liquidou a Argentina e a Romênia jogando um futebol de gente grande e, apesar da derrota para a URSS, foi campeã de seu grupo. A Costa Rica derrubou a burocrática Escócia, eliminou a poderosa Suécia e endureceu o jogo com o Brasil, ficando em segundo lugar em seu grupo. E a Colômbia, depois de vencer os Emirados Árabes e perder para a Iugoslávia, arrancou a sua classificação em terceiro lugar no Grupo num emocionante empate contra a grande favorita Alemanha, no último minuto de um dos melhores jogos até agora na Copa do Mundo.

Esses resultados, verdadeiras zebras inimagináveis no começo da Copa, demonstram que o futebol mundial evoluiu. Revelam, também, um nivelamento por baixo do nível de futebol apresentado até o momento nesta Copa. Afinal, além da Alemanha e da Itália, nenhuma outra força do futebol mostrou alguma coisa que justificasse a fama conquistada ao longo dos anos.

Ao encerrar a primeira fase, a Copa da Itália já apresenta seus favoritos, seus heróis e suas decepções. Os favoritos são, cada vez mais, a Alemanha de Mattaus e Voeller, disparado o melhor time da Copa, e a Itália, de Zenga, Bagio, Donadoni, Carnevale, Vialli e companhia, que além de ter um time organizado, sério e competitivo, leva a invejável vantagem de jogar em casa, estimulada pelos gritos enlouquecidos dos seus 'tifosi'. Será muito difícil alguém conseguir a proeza de tirar a Copa de uma dessas duas seleções.

No bloco intermediário, desta-



Careca é a grande esperança para os gols do Brasil

cam-se a Bélgica de Scifo e Preud'homme, até agora o melhor goleiro da Copa, a Tchecoslováquia, com um time forte e competitivo, a Romênia de Lacatus e a Espanha de Michel e o Uruguai, que embora até agora não tenha acertado o seu time pode crescer se for adiante.

As decepções da Copa da Itália também já estão definidas. A Holanda é a maior de todas. Uma equipe que chegou na Itália favorita e depois de duas rodadas não mostrou nada, a não ser o desentrosamento e a falta de preparo físico e atlético do seu trio de 'italianos'. Gullit, Van Basten e Rijkaard são, até agora, as maiores decepções da Copa. A URSS, embora prejudicada pelos árbitros, também volta para casa sem nenhuma glória para justificar sua fama futebolística e a Áustria, que ameaçava ser um perigoso azarão, provavelmente também vai embora sem ter dito muito ao que veio.

Na galeria dos heróis da Copa, um deles se destaca até agora: o alemão Mattaus, com um futebol alegre, agressivo e eficiente que enche os olhos dos que amam o verdadeiro futebol-arte. Matthus é, sem dúvida, o maior jogador da primeira fase da Copa da Itália. Ao seu lado, o espanhol Michel, o romeno Lacatus, o italiano Baggio, o alemão Voeller e o camaronense Milla, também ocupam um lugar de destaque.

também pode entrar nessa galeria, mas, por enquanto, ainda está esperando uma vaga.

A partir do próximo domingo, a Copa entra numa nova fase. Agora é a hora das equipes que pretendem conquistar o título mostrar futebol para isso. Daqui pra frente todos os jogos são eliminatórios. Quem ganhar fica, quem perder vai embora. Se os 90 minutos terminarem empatados, teremos prorrogação e depois a loteria dos pênaltis, que triste memória para nós brasileiros.

Ao que tudo indica, o Brasil de Lazaroni jogará domingo contra a Argentina, de Maradona. Os mais otimistas gostam de lembrar que a Argentina é nossa freguesa de caderinho, principalmente em Copas do Mundo. Prefiro ser mais pessimista. Brasil e Argentina fazem um dos mais tradicionais clássicos do futebol sul-americano. Isto era bonito no tempo em que o futebol mundial se dividia em duas escolas distintas e antagônicas. O futebol-arte dos sul-americanos e o futebol-força dos europeus. Hoje, isso já está ultrapassado e, infelizmente para nós, a seleção brasileira não passa de uma có-

pia mal feita das seleções européias. A Argentina, é verdade, também não anda bem. Mas não se esqueçam, tem Maradona. Ele é um gênio. Até agora não fez nada que justificasse sua genialidade, mas pode de uma hora para outra voltar aos velhos tempos, explodir e decidir uma partida. Só tenho medo que isso aconteça exatamente contra o Brasil.

Caso isso não aconteça e o Brasil passar pela Argentina, seu destino na Copa ainda continuará ameaçado. Nessa hipótese, muito provavelmente pegaremos a Bélgica ou a Iugoslávia nas quartas-de-final. Se for a Bélgica, será mais difícil. Ainda assim, se passarmos pelas quartas-de-final, teremos uma duríssima prova de fogo, pois nosso adversário mais provável na semi-final será simplesmente a Itália, a dona da casa. Aí, então, vai ser muito difícil conseguirmos chegar à final. No dia 8 de julho, muito provavelmente contra a poderosa Alemanha. E aí, então, não haverá Dunga que nos salve.

Todas essas hipóteses nos levam a uma conclusão objetiva. O Brasil dificilmente ganhará jogando essa Copa do jeito que o teimoso Lazaroni insiste. As magras vitórias contra a Suécia, a Costa Rica e a Escócia mostraram toda a debilidade do esquema tático de Lazaroni. Passes errados, toques inúteis para os lados, lentidão para sair da defesa ao ataque e, principalmente, deficiência ofensiva. Está mais do que provado que um time para ganhar a Copa precisa fazer gols para isso, precisa de goleadores. Considerando que Romário provou contra a Escócia que está fora de condições atléticas para disputar uma Copa do Mundo, nossas chances de conquistar o tetra estão cada vez mais unicamente nos pés de Muller e Careca, os únicos jogadores considerados titulares que lembram a tradição e a arte do verdadeiro futebol brasileiro, longe dos esquemas táticos tranqueira, copiados do futebol europeu, que Lazaroni insiste em consagrar. Só temos chances objetivas de ganhar a Copa se Lazaroni deixar a teimosia de lado e mudar o seu time, colocando três atacantes que possam fazer gols e desnortear as defesas adversárias. Com Romário fora de forma e Beбето contundido, o ataque que pode abrir o caminho do tetra é só um: Renato, Careca e Muller. O resto é europeu ou lazaronês. E aí, Mattaus e Baggio são melhores.



Voeller é peça fundamental do ataque alemão



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Gorki, humanista revolucionário

Cláudio Femat*

No dia 18 de junho de 1936 a União Soviética perdia um dos seus maiores escritores, Máximo Gorki. Toda a sua obra foi marcada pelo humanismo e por uma sensibilidade que o colocou ao lado dos explorados e oprimidos. Leia em *Prosa e Verso* (pág. 24) fragmento do romance a "A Mãe".

Os "Ex-homens e os Operários", multidões aos longos dos séculos XVIII e XIX, marginalizados, vítimas da Revolução Industrial. O sofrimento dos camponeses sem terra para obter a subsistência. Conflito no seio da classe dominante. Intrigas entre classes sociais distintas e entre gerações. O povo russo resiste à repressão do aparato czarista. Máximo Gorki, sensibilizado e sintonizado com sua época e seu papel histórico, fez de suas obras literárias uma tribuna política à revolução.

Gorki identificava-se, em suas obras, com essas multidões e atribui fundamental importância à sua defesa. Em "Ralé" (1902): "...criaturas que uma vez já foram homens", frase paradoxal na intenção do autor, pois apesar de uma visão amarga, mas realista, deu-lhe doses excessivas de otimismo. Além das condições miseráveis e subumanas em que sobrevivem as personagens de "Ralé", sobrevive também o desejo, como na própria realidade de Gorki, de transformações radicais da sociedade.

Vida peregrina

Aleksiéi Maksímovitch Pieshkov (no registro), nasceu na cidade de Nijni-Nóvgorod, às margens do Volga, batizada em sua homenagem por Joseph Stálin (1879/1953), pouco depois do falecimento, com o nome Gorki: Filho de artesãos, reside num meio social miserável. Órfão do pai, vive com o avô materno, que exercia a profissão de tintureiro.

Em 1878, com apenas 10 anos, falece sua mãe. Gorki teve que abandonar a casa do avô e passou à vida de peregrinação. Inaugura diversas atividades angariando recursos para conseguir a sobrevivência. Sapateiro, desenhista e lavador de pratos, nesta última atividade conhece o cozinheiro de um navio, percorrendo o Volga. Este arranja-lhe alguns livros, desperta-lhe o interesse pelos problemas políticos. São as primeiras marcas da literatura e da consciência política. Os livros transformam-se em seus inseparáveis "comensais".

Atraído à cultura, emociona-se ao ver alargados seus horizontes de conhecimentos. Transfere-se para Kazan em 1884, onde tenta cursar gratuitamente a universidade. Tudo isso não passava de imaginação. À época dos czares na velha Rússia, universidade era privilégio de poucos, dos abastados, dos quais Máximo Gorki não fazia



parte. Amargando dificuldades econômicas iminentes, levando uma vida de privações, vê-se obrigado a retornar à realidade, torna-se pescador no Mar Cáspio e vendedor de frutas em Astrakan (foz do Volga). Em Odessa, chega acompanhado de um grupo de marginalizados nômades à procura de emprego. Desenvolve outras atividades: auxiliar de escritório, jardineiro, cantor de coral, estivador, padeiro. Cáucaso, a Criméia e a Ucrânia são os próximos destinos. Passa fome, sofre a miséria, frio, e a revolta. "Este é meu curso universitário", diz na trilogia "Infância", "Ganhando meu pão" e "Minhas universidades".

Em Kazan, 1887, 19 anos, tenta o suicídio. Resiste à bala que perfura um dos pulmões, mas contrai uma tuberculose que o estigmatiza até seus últimos dias.

Resiste à morte, volta à vida, lê refletidamente Karl Marx, conhece Lênin (1870/1924) torna-se seu amigo pessoal. Em 1890 é preso em Nijni-Nóvgorod. Argumentos policiais o acusam de praticar atividades subversivas. Escrevem "...Um homem extremamente suspeito; leu muito, maneja bem a pena; atravessou quase toda a Rússia (na maior parte a pé)...". Como experiência, Gorki esboça duas obras "Um acidente na vida de Makar" (1892) e "Como aprendi a escrever" (1912). Publica seu primeiro conto, na revista Kavkas, "Makar Tchudra". Usa pela primeira vez o pseudônimo "Máximo Gorki" (Máximo, o amargo). Provoca impacto, desperta a atenção de intelectuais russos. Vladimir Korolenko (que acabara de cumprir pena na Sibéria), arranja-lhe um emprego no jornal "Samsarskaia Gazieta", de Samara, onde projeta-se imediatamente como escritor e jornalista. Em 1898 escreve suas primeiras coletâneas de "Ensaio e Narrativas". Obtém êxitos extraordinários e é considerado entre os melhores escritores.

tuais russos. Vladimir Korolenko (que acabara de cumprir pena na Sibéria), arranja-lhe um emprego no jornal "Samsarskaia Gazieta", de Samara, onde projeta-se imediatamente como escritor e jornalista. Em 1898 escreve suas primeiras coletâneas de "Ensaio e Narrativas". Obtém êxitos extraordinários e é considerado entre os melhores escritores.

Influências

A cada estilo literário, Gorki expressava seus sentimentos e demonstra

va, objetivamente, as relações sociais paradigmáticas. Na prosa, os contrastes e os antagonismos sociais. No teatro, como tribuna livre de expressões mundanas e dialetais, que às vezes vociferava contra a burguesia. No romance, converge a estilos vigorosos em seus dramas.

Os "Bessiaki", gente nômade que abordara à miséria, à fome, ao desemprego. Fora posta como marginal, repudiada pela sociedade. A Revolução Industrial, que apesar de não ter atingido grande número de cidades do Império Russo, era incapaz de absorver o contingente de milhares de camponeses que abandonava o campo à procura de emprego e melhoria das condições de vida. Os "Bessiaki", massa de desempregados, excesso de mão-de-obra desqualificada, fustigavam-se nas estradas da vida. Desiludidos fluíam facilmente à angústia e à dor. Gorki torna-se um defensor dessa classe de oprimidos.

Karl Marx, Lênin, Dostoiévski, Léon Tolstói influenciaram obras de Gorki, inclusive o romance "Os Três" é fruto da reestruturação de "Crime e castigo" de Dostoiévski. Escreveu "Recordações sobre Lênin", devido ao seu apreço pelo dirigente da Revolução de Outubro. Lênin tinha interesse em analisar suas obras, tecia-lhe comentários críticos consequentes e amigáveis.

Sua introdução no teatro aconteceu depois de participar de um movimento estudantil em Kazan, tendo sido preso, em 1901. Livre por intermédio de Léon Tolstói, começa a escrever. Imediatamente manda uma carta a Anton Tchekhov, relatando os temas a serem discernidos.

Gorki compõe "Pequenos Burgueses", "Ralé", "Os filhos do Sol", "Os Veranistas", "Os Últimos", entre um sem-número de peças. A censura atropela algumas, outras, Gorki as considera detestáveis. Os temas abordam problemas diversos, políticos, psicossociais e econômicos.

O Teatro Artístico de Moscou

e seu grupo teatral eram comumente escolhidos por Gorki. Na peça "Ralé", encenada pelo grupo teatral, sob a direção de Stanislavski, Gorki participava ativamente da encenação. Stanislavski atua também como ator, interpretando o papel de Sátin, e Olga Knipper, esposa de Tchekhov, como Nastia.

Acusado de subversão, é detido em 1905 na prisão de São Pedro e São Paulo, na cidade de São Petersburgo, cidade onde neste mesmo ano acontece a rebelião operária de dezembro. Outros intelectuais interferem e conseguem libertá-lo. Organiza o jornal "Nóvaia Jizni" (Nova Vida). Mas a derrota dos operários influencia negativamente sua permanência, vê-se obrigado a fugir da Rússia. Busca exílio nos Estados Unidos, mas a estadia é dificultada pelo embaixador russo. Não se deixa intimidar, tenta levantar subsídios para a revolução proletária soviética. Randolph Hearst, proprietário de uma grande cadeia de jornais, tenta atrair seus esforços acusando-o de imoralidade pública, devido ao fato de que Gorki se casara pela terceira vez. Refugia-se em Staten Island, com Maria Budberg, sua esposa, e escreve uma peça para teatro, "Os inimigos" (1906), enfocando os problemas existentes nas relações entre patrões e empregados. Um ano antes, denunciava a ala intelectual russa em descompasso com a luta revolucionária, em "Os filhos do Sol" (1905). E escreve um romance repleto de humanismo, considerado o pioneiro do Realismo Socialista, "A Mãe" (1907).

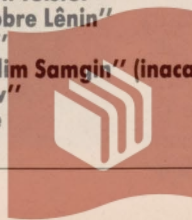
Revolucionário

Em Capri, depois de fixar residência, no final de 1906, funda uma escola para imigrantes revolucionários que permanece até o início da Primeira Guerra Mundial. Retorna à Rússia, dirige um jornal mensal, "Liétopis" (Crônica), junta-se a Lênin e os bolcheviques, ajuda a preparar a revolução, que triunfa em outubro de 1917. Resgata o jornal "Nóvaia Jizni" e escreve um ensaio sobre Léon Tolstói (1919). A tuberculose de 1887 deixa enfraquecidos seus pulmões. Em 1921, agrava-se seu estado de saúde, indo à Itália. Durante vários anos reside em Sorrento, escreve "Recordações sobre Lênin" (1924), "Os Artamonov" (1925) e começa a escrever "A Vida de Klim Samgin" (1927/1936).

Volta à União Soviética em 1933, apesar de sua precária saúde. Escreve "Yegor Bolychov", retratando o fim da classe média. Escreve ainda, em 1935, "Dostygayev", deixando inacabada a obra "A Vida de Klim Samgin". Morreu de pneumonia no dia 18 de junho de 1936. Seu funeral foi acompanhado por Stálin e outros dirigentes soviéticos. Perdiam a União Soviética, os operários e os povos de todo o mundo um dos maiores nomes da literatura revolucionária.

Suas obras

- 1892 - "Um incidente na vida de Makar" e "Makar Tchudra" (conto)
- 1898 - Coletâneas, Ensaio e Narrativas
- 1899 - "Romá Gordiéiev" e "Os Três" (romance)
- 1900 - "Pequenos Burgueses" (teatro)
- 1902 - "Ralé" (teatro) Obs.: Título original "No Fundo"
- 1905 - "Os filhos do Sol" e "Os Veranistas" (teatro)
- 1906 - "Os inimigos" e "Os bárbaros" (teatro)
- 1907 - "A Mãe" (romance)
- 1908 - "Os últimos" (teatro)
- 1910 - "Vassa Geloznova" e "Gente esquisita"
- 1911 - "Vassa Aheleznova"
- 1912 - "Como aprendi a escrever" e "Os Kykov"
- 1912/13 - "Infância", "Ganhando meu pão" e "Minhas universidades" (trilogia autobiográfica)
- 1919 - Ensaio sobre Léon Tolstói
- 1924 - "Recordações sobre Lênin"
- 1925 - "Os Artamonov"
- 1927/36 - "A vida de Klim Samgin" (inacabada)
- 1933 - "Yegor Bolychov"
- 1935 - "Dostygayev" e "A sarjeta"



CDM
Centro de Documentação e Mensuração
Fundação Maurício Grabois

Copa do mundo: um leitor defende Cláudio Wladimir

Estou descontente com a carta de Cláudio Constantino Portugal, onde ele critica sem razão o colunista Cláudio Wladimir, que escreve "A Copa com Classe". Portugal deve ser torcedor do Vasco da Gama, ou não entende nada de futebol. Só ele não vê que na CBF existem tantos ladrões e corruptos quanto no Palácio do Planalto; que os presidentes do Vasco e do Flamengo são verdadeiros mafiosos: e que para piorar as coisas a seleção vai de mal a pior. Estou vendo que vamos amargar mais uma derrota em copas do mundo, e enquanto a seleção não for verdadeiramente brasileira não ganharemos outro campeonato tão cedo. Devia estar claro para o Constantino Portugal que não é o Cláudio Wladimir quem mistura política com esporte, são os dirigentes da CBF. (José Pereira Barros, São Bernardo do Campo, SP).

... e outro torce pela derrota de nossa seleção

Gostaria de criticar as matérias da coluna "Copa com Classe". Não pelo fato de tratarem da copa do mundo, que acho muito importante, mas pelo conteúdo das matérias, do qual discordo. Não me refiro às colocações técnicas. Também acho que nem o Tita nem o Bismarck deveriam estar nessa seleção; e que João Paulo, Geovani e Neto deveriam fazer parte dela; o time tem que ser ofensivo, mostrar a sua arte e categoria; suar a camisa; jogar pelas pontas, etc. Na verdade, discordo do tratamento dado às matérias, que torcem para o Brasil ganhar a copa.

Como em 1970, ainda hoje o futebol é utilizado pelas classes dominantes para embriagar as massas, tirar a atenção dos outros acontecimentos importantes, como eleições, amortecer e servir como "válvula de escape" dos efeitos recessivos do Plano Collor. Por outro lado, a derrota eventual do Brasil na Itália irá representar a primeira

grande desilusão do povo com o atual governo, e isso pode ser um bom momento para a oposição penetrar nessa parcela de nossa sociedade que ainda acha que todo funcionário público é corrupto e preguiçoso, e sonha um dia viajar de supersônico com o Collor de Mello pilotando o avião. (Virgílio Felix, Fortaleza, CE)

Dez opiniões para tomar a Classe Operária melhor

Sei do imenso esforço que a redação da Classe faz para que possamos ter um jornal atualizado, dinâmico, de fácil leitura e entendimento para os trabalhadores brasileiros. Por tudo isso eu os parabenejo e cumprimento. Contudo, quero transmitir algumas preocupações com o atual momento que atravessa a imprensa do nosso Partido.

1. Como sabemos, o capitalismo se especializou em dar aparência atraente a seus produtos - ao olhar a embalagem o consumidor já identifica o que ela contém. Porém, o logotipo de nosso jornal corre o risco de passar despercebido, pois fica perdido entre terríveis desenhos e razoáveis fotografias. Portanto, sugiro que o logotipo volte a ser o que era, não por capricho mas por necessidade de propaganda, que exige a identificação clara do produto.

2. A capa de um jornal deve

ter informações, contudo são as fotos que chamam mais a atenção e aborram os problemas em preto e branco, a invés de um desenho desanimado. Um exemplo é o desenho na capa da edição n.º 42, que não diz absolutamente nada.

3. Quanto às chamadas para as matérias, acho que são sofríveis e poderiam melhorar muito. A manchete da Classe n.º 43 ("Começa a ofensiva") não diz muito, também. Outra chamada na mesma edição ("A democratização na Albânia") tem um erro conceitual que se percebe nas linhas do artigo, pois a Albânia é uma democracia e vive hoje o aperfeiçoamento do socialismo. Logo, a chamada orienta-se pela interpretação do conceito burguês, de que lá há um governo tirânico.

4. Os intertítulos poderiam ser melhor trabalhados, para chamar mais atenção.

5. A diagramação deveria ser mais criativa e estimulante à leitura. Costuma ser monótona.

6. Também sou contrário à localização do editorial em página par, e penso que o artigo "consciência socialista" deve ter um tratamento de destaque.

7. Quanto ao conteúdo considere ótimo, apesar de ter demorado a trazer o tema da Albânia depois do ataque da grande imprensa.

8. Sugiro mais dialética e menos paixão a Cláudio Wladimir, pois suas análises repletas de adjetivos de-

vem ser substituídas por mais fatos e dados que contemplem o futebol nacional, e não apenas o de São Paulo.

9. É preciso ficar claro que não é apenas através de modificações estéticas, visuais ou de forma que iremos aumentar nossa tiragem. É preciso vencer o burocratismo na venda. Naturalmente isso tem de vir acompanhado de um jornal bem profissional e com apresentação muito boa, dentro das nossas possibilidades.

10. Espero estar contribuindo de alguma forma para que nosso jornal venha a ser semanal, com uma grande vendagem e com uma rede de jornalistas em cada canto do país. Também desejo ver a Classe com uma vendagem grande não apenas pela simpatia individual ou papo de vendedor, mas pela sua apresentação dinâmica e moderna propaganda do socialismo e a transformação revolucionária da sociedade. (Eloi Ferreira de Araújo, Rio de Janeiro, RJ)

Mais espaço na Classe para luta das mulheres

Como leitor e assinante deste jornal, gostaria de sugerir à Classe Operária que abrisse mais espaços para o movimento de mulheres e suas associações, além do movimento estudantil e suas conquistas, como o passe livre, conquistado por nós, estudantes do Rio. Entendemos que esse é o único jornal que fala a linguagem dos mo-

vimentos organizados da sociedade civil, que lutam pela soberania e independência do país. (Adriano Santana, pelo Núcleo de Marechal Hermes da UJS, Rio de Janeiro, RJ)

Luís Medeiros, exemplo de resistência e bravura

Como assinante deste jornal, parabenejo-os pela edição da Classe n.º 41, especialmente a matéria do deputado Haroldo Lima, "Em memória de Luís Medeiros". Este bravo companheiro se foi, mas deixou conosco o exemplo de resistência, de bravura, de luta em defesa de uma causa.

Gostaria também que o jornal procurasse resgatar a história de inúmeros outros lutadores que sacrificaram suas próprias vidas em defesa de seus ideais, fato que hoje a maioria do povo desconhece.

Resgatar esta história de luta é antes de tudo uma questão de justiça e de amor para os que se foram - para autênticos heróis e que não aparecem nas nossas "telinhas", muito menos na nossa já tão malfadada história do Brasil. (Fábio Batista, S. Bento, MA)

UJS surge forte em mais um município de Sergipe

Com muita festa e bastante alegria foi lançada a União da Juventude Socialista em mais um município do interior do Sergipe. Dessa vez foi em Nossa Senhora das Dores, qualificada como uma das cidades mais importantes do Estado.

O lançamento oficial, no último dia 19, agitou a cidade com uma grande festa, sendo importante dizer que já foi organizada pela comissão municipal da entidade, eleita provisoriamente em uma assembléia. Participaram do evento cerca de 200 jovens da cidade, que fizeram uma atividade de lazer, acampando em um sítio da cidade. O coordenador eleito da UJS no município é Vinícius Assunção. (Marcelo Menezes, Aracaju, SE)

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: Cr\$180,00

Assinatura semestral: Cr\$360,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

Diretor e Jornalista Responsável:

João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa e Rosane Montiel

Administração: Sandra Mateus

Secretaria: Márcia Medeiros

Assinaturas: Cláudia Medeiros

Fotografia: Agência Fóton

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

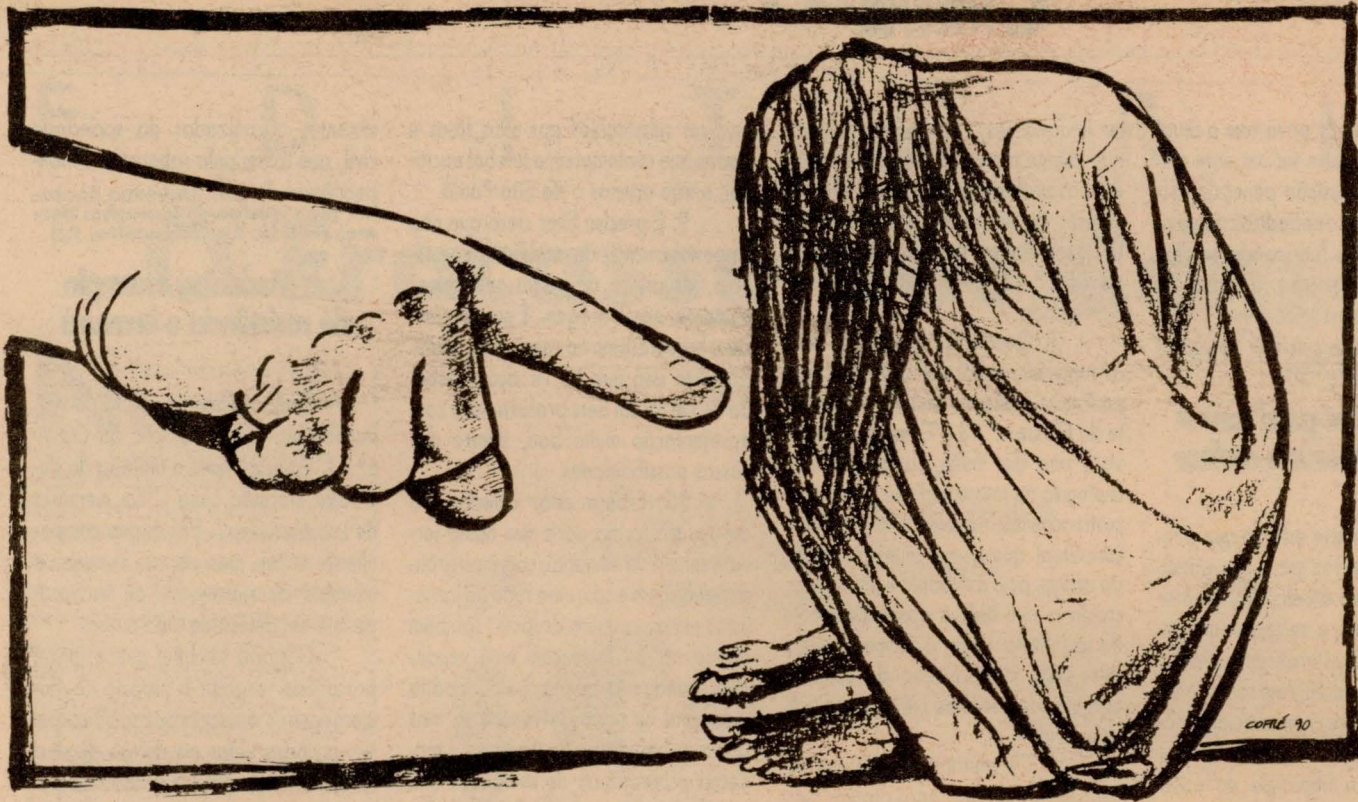
Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE - Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS - Ladeira do Brito, 72 - fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ - Av. Antônio G. Tocantins, 47, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS - Rua Luiz Antony, 762, CEP 69000, fone: (092) 232-3881, Manaus; BAHIA - Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ - Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL - HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO - Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS - Rua Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO - Rua Desantanhina, 194, CEP 65000, fone: (098) 229.5200, São Luiz;

MATO GROSSO - Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL - Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS - Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ - Rua 3 de maio, 1834, CEP 66800, fone: (091) 229-5200, Belém; PARAÍBA - Rua Almeida Barreto, 273, CEP 58020, fone: (083) 222-4413, João Pessoa; PARANÁ - Rua Mal. Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 263-2049, Curitiba; PERNAMBUCO - Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ - Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO - Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20010, fone: (021) 240-5286, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE - Rua Prof. Zuzá, 99,

CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL - Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA - Caixa Postal 1330, CEP 78.900, Porto Velho; RORAIMA - Rua Álvaro Maia, 165 - B. Aparecida, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA - Rua Júlio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE - Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária. Composição e montagem: Compuarte - Produções Gráficas e Assessoria de Sistemas S/C Ltda. Rua Cruz e Souza, 60 - Aclimação - São Paulo - SP - fone: (011) 285-3669. Fotolito e Impressão: Gráfica Jorjões - fone: (011) 815-4999.



"A Mãe"

O romance 'A mãe' do qual publicamos um pequeno fragmento é um dos mais representativos do caráter revolucionário da obra literária de Gorki. (pág. 24)

Máximo Gorki

Surgiram rumores no bairro sobre socialistas que jogavam panfletos escritos a tinta azul. Nesses panfletos falava-se mal das leis na fábrica, sobre as greves operárias em Petersburgo e no sul da Rússia, os operários eram convocados à reunião e à luta pelos seus interesses!

As pessoas mais velhas, que tinham bons salários na fábrica, ficavam indignadas:

- Desordeiros! Os que se metem nisso merecem um soco na cara!

E os panfletos foram distribuídos nas repartições. A juventude lia as declarações com interesse:

- É verdade!

A maioria, dilacerada pelo trabalho e indiferente a tudo, reagia preguiçosamente:

- Não vai haver nada!

Contudo, os panfletos inquietavam as pessoas e, se não apareciam durante uma semana, já começavam a falar entre si:

- Parece que desistiram de imprimir...

Mas na segunda-feira os manifestos voltavam a surgir, e novamente agitavam-se os operários.

No bar e na fábrica, começavam a aparecer caras novas que ninguém conhecia. Estes interrogavam, revistavam, farejavam e eram facilmente identificados; uns por excessiva e suspeita cautela, outros, por excessivo interesse.

A mãe compreendia que aquele barulho era obra de seu filho. Ela via como as pessoas cercavam-no, e o temor pelo destino de Pavel confundia-se com o sentimento de orgulho pelo filho.

Certa noite, Maria Corssunova bateu à janela e, quando a mãe abriu-a, a outra murmurou veementemente:

- Cuidado, Pelaguéa, a brincadeira dos engraçadinhos terminou! Decidiram dar uma busca, esta noite, em sua casa, na de Masin e Vessovtchikov...

Os grossos lábios de Maria batiam depressa um no outro, seu nariz carnudo ofegava, os olhos piscavam e reviravam de um lado para o outro, lançando olhares furtivos para a rua.

- Mas eu não sei de nada e nada te disse e não estive com você hoje, está me ouvindo?

Ela desapareceu.

A mãe, após fechar a janela, deixou-se cair na cadeira. Mas a consciência do perigo que ameaçava o filho, fê-la levantar-se rapidamente, vestir-se com energia, enrolando a cabeça no xale e correr para a casa de Fédia Masin; este estava doente e não ia ao trabalho. Quando ela chegou ele estava perto da janela lendo, balançava a mão direita com a esquerda, esticando muito o polegar. Ao saber da novidade, deu um salto na cadeira e seu rosto empalideceu.

- Essa agora! - murmurou.

- Que devemos fazer? - perguntava Vlassova limpando o suor do rosto, com a mão trêmula.

- Espere, não tenha medo! - respondeu Fédia, alisando seu cabelo crespo, com mão enorme.

- Mas o senhor próprio está com medo! - exclamou ela.

- Eu? - suas bochechas ficaram vermelhas e, com sorriso encabulado, disse: - sim, diabo... Temos de avisar Pavel. Vou já mandar-lhe alguém! É melhor a senhora ir embora. Não vai haver nada. Não vão bater, vão?

Ao voltar para casa, ela reuniu todos os livros e, apertando-os contra o peito, vagou pela casa, examinando o fogão, embaixo deste, e até mesmo a tina de água. Parecia-lhe que Pavel deixaria, imediatamente, o trabalho e voltaria para casa, e nada de ele aparecer. Finalmente, exausta, sentou-se no banco da cozinha, sobre os livros, e assim permaneceu, com medo de levantar-se até o momento em que Pavel e o ucraniano retornassem

da fábrica.

- Já sabem? - exclamou, sem levantar-se.

- Já sabemos! - disse Pavel, sorrindo. - Tem medo?

- Claro que tenho medo!

- Não precisa ter receio! - disse o ucraniano. - Isto não adianta nada.

- Nem preparou o samovar! - observou Pavel.

A mãe ficou em pé e, apontando os livros, explicou com ar de culpa:

- É que fiquei com eles o tempo todo...

O filho e o ucraniano caíram na risada e isso encorajou-a. Pavel separou alguns livros e levou-os para o quintal, para escondê-los, enquanto o ucraniano, colocando o samovar no fogo, dizia:

- Nada há de terrível, mãezinha, só que é vergonhoso que as pessoas se preocupem com mesquinhas. Virão adultos com sabre na cintura, esporas nas botas e vão bisbilhotar e rebuscar em toda parte. Vão olhar embaixo da cama e do fogão: se houver vão se enfiar lá; se houver sótão, vão até lá também. Lá uma teia de aranha vai lhes cair no focinho e vão grunhir. Então chateados, envergonhados e é por isso que fingem, como se fossem pessoas más e com raiva da senhora. Trabalho porco, eles mesmos sabem! Uma vez reviraram tudo na minha casa, ficaram confusos e saíram, simplesmente; mas de outra feita, levaram-me com eles. Colocaram-me na prisão, onde fiquei uns quatro meses. Mofava, mofava, às vezes chamavam-me, davam uma volta comigo, perguntavam coisas. São meio burros, falam tanta besteira e, depois de falarem comigo, ordenavam aos soldados levarem-me de volta à cadeia. E ficam nisso: pra lá e pra cá. Precisam justificar o salário! Depois acabam soltando a pessoa e pronto!

- Fala tão bem sempre, Andriucha! - exclamou a mãe.

Ajoelhado perto do samovar, ele soprava com força, mas agora levantou o rosto, vermelho pelo esforço, e, alisando o bigode com ambas as mãos, perguntou:

- E como é que falo?

- Assim como se nunca ninguém o ofendesse...

Ele ficou de pé e, sacudindo a cabeça, começou a dizer, com um sorriso nos lábios:

- Há, por acaso, no mundo uma alma que nunca tenha sido humilhada ou ofendida? Já fui tão ultrajado, magoado, que já me cansei de ficar sentido. Que fazer se os homens não podem proceder de outra forma? As ofensas atrapalham o trabalho, o dever, e deter-se por causa delas é perder tempo à toa. É a vida! Antigamente, havia momentos em que odiava as pessoas. Mas, pensando melhor, vi que não valia a pena. Qualquer um tem que o vizinho dê um golpe e, por isso, apressa-se a dar um golpe primeiro. É a vida, mãezinha!

As palavras dele fluíram calmamente, afugentando a angústia da espera, os olhos saltados sorriam, e todo ele, ainda que desajeitado, transmitia flexibilidade, leveza.

A mãe suspirou e desejou-lhe ardentemente:

- Que Deus lhe traga felicidade, Andriucha!

O rapaz deu longa passada em direção ao samovar, agachou-se novamente, e murmurou:

- Se derem a felicidade, não vou recusar; mas pedir, jamais!

Vindo do quintal, Pavel disse com veemência: